



Demonstrações Contábeis consolidadas - BrGaap

31 de Dezembro de 2016

ÍNDICE GERAL

	Página
Demonstrativos Contábeis	02
Notas Explicativas da Administração	09
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	111
Relatório dos Auditores Independentes	113
Parecer do Conselho Fiscal	121
Parecer do Conselho da Administração	122

Balço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
CIRCULANTE	601.935.701	593.685.216
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	10.763.601	11.510.594
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	156.944.929	153.488.590
Aplicações no mercado aberto	144.645.896	143.111.942
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.299.071	10.376.868
Provisões para perdas	(38)	(220)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	127.523.817	131.584.306
Carteira própria - livre	86.937.378	58.252.803
Vinculados a compromissos de recompra	30.269.898	61.308.900
Instrumentos financeiros derivativos	390.684	745.707
Vinculados ao Banco Central	1.070.867	
Vinculados a prestação de garantias	4.183.775	11.276.896
Carteira de livre movimentação	4.671.215	
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	120.368.660	106.684.916
Pagamentos e recebimentos a liquidar	19.621	19.846
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	119.658.776	106.116.550
Correspondentes	690.263	548.520
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	131.817	479.552
Recursos em trânsito de terceiros	250	687
Transferências internas de recursos	131.567	478.865
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	144.495.318	144.504.493
Setor público	13.201.644	8.772.424
Setor privado	148.680.680	155.052.519
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	1.937.294	764.730
Provisão para operações de créditos	(19.324.300)	(20.085.180)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	36.524.340	42.856.045
Créditos por avais e fianças honradas	30.567	30.749
Carteira de câmbio	5.412.747	5.473.711
Rendas a receber	2.138.956	2.833.916
Negociação e intermediação de valores	15.800	48.313
Créditos específicos	937.833	836.716
Diversos	28.445.066	34.016.894
Provisão para outros créditos	(456.629)	(384.254)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	5.183.219	2.576.720
Outros valores e bens	5.289.756	2.689.411
Provisões para perdas	(177.004)	(133.958)
Despesas antecipadas	70.467	21.267
NÃO CIRCULANTE	653.516.050	609.700.290
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	130.232	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	130.232	
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	53.820.292	50.393.554
Carteira própria - livre	12.236.898	10.151.228
Vinculados a compromissos de recompra	39.641.302	36.843.514
Instrumentos financeiros derivativos	488.131	3.395.414
Vinculados ao Banco Central	703	820
Vinculados a prestação de garantias	1.453.258	2.578
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	28.111.790	26.162.028
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	28.111.790	26.162.028
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	516.941.701	489.367.963
Setor público	46.536.043	44.216.680
Setor privado	474.441.187	453.946.351
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	11.931.092	4.596.632
Provisão para operações de créditos	(15.966.621)	(13.391.700)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	42.433.528	31.774.297
Diversos	42.461.465	31.794.014
Provisão para outros créditos	(27.937)	(19.717)
PERMANENTE	12.078.507	12.002.448
INVESTIMENTOS (Nota 11)	5.174.014	4.890.146
Participações em coligadas e controladas:		
No país	4.644.478	4.544.514
No exterior		238
Outros investimentos	780.971	701.529
Provisão para perdas	(251.435)	(355.897)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	3.419.634	3.864.762
Imóveis de uso	1.934.129	1.590.668
Reavaliações de imóveis de uso	710.140	715.978
Outras imobilizações de uso	7.582.219	7.295.520
Depreciações acumuladas	(6.806.854)	(5.737.404)
INTANGÍVEL (Nota 13)	3.484.859	3.247.540
Ativos intangíveis	5.169.088	4.650.554
Amortizações acumuladas	(1.684.229)	(1.403.014)
T O T A L	1.255.451.751	1.203.385.506

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço Patrimonial Consolidado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
CIRCULANTE	671.211.059	710.933.091
DEPÓSITOS (Nota 14)	403.115.342	368.124.932
Depósitos à vista	31.882.854	27.414.590
Depósitos de poupança	252.403.109	242.359.933
Depósitos interfinanceiros	315.402	2.053.259
Depósitos a prazo	101.907.035	81.757.139
Depósitos especiais e de fundos e programas	16.606.897	14.540.011
Outros depósitos	45	
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	150.680.825	186.597.458
Carteira própria	60.578.808	87.121.336
Carteira de terceiros	86.046.055	99.476.122
Carteira de livre movimentação	4.055.962	
RECURSOS DE ACETES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	49.792.920	91.697.612
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	49.626.975	91.498.789
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	165.945	198.823
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	402.071	378.120
Recebimentos e pagamentos a liquidar	383.398	360.696
Correspondentes	18.673	17.424
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.350.005	1.598.196
Recursos em trânsito de terceiros	1.321.178	1.597.614
Transferências internas de recursos	28.827	582
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	3.798.282	7.435.182
Empréstimos no exterior	3.798.282	7.435.182
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	1.437.357	1.348.518
TESOURO NACIONAL - PIS	455.038	310.418
BNDES	662.750	872.763
FGTS	317.647	163.305
Outras	1.922	2.032
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	1.072.811	157.782
Instrumentos financeiros derivativos	1.072.811	157.782
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	59.561.446	53.595.291
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	352.815	353.726
Carteira de câmbio	898.298	104.235
Sociais e estatutárias	1.065.283	2.933.544
Fiscais e previdenciárias	2.259.626	3.105.411
Negociação e intermediação de valores	17.968	3.073
Recursos para destinação específica:	9.814.956	12.222.859
Obrigações de operações com loterias	878.598	1.407.542
Obrigações por fundos e programas sociais	7.153.005	9.305.546
Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	1.783.353	1.509.771
Instrumentos híbridos de capital e dívida	460.234	1.369.114
Dívidas subordinadas	914.359	
Instrumentos de dívida elegíveis a capital		875.430
Diversas	43.777.907	32.627.899
NÃO CIRCULANTE	520.607.103	430.141.494
DEPÓSITOS (Nota 14)	109.075.169	87.534.510
Depósitos interfinanceiros	292.877	373.368
Depósitos a prazo	108.782.292	87.161.142
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	8.747.172	7.663.763
Carteira própria	8.747.172	7.663.763
RECURSOS DE ACETES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	104.301.509	77.692.747
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	91.286.308	62.188.626
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	13.015.201	15.504.121
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	1.626.796	6.902.375
Empréstimos no exterior	1.626.796	6.902.375
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	237.529.064	206.333.649
TESOURO NACIONAL - PIS	473.244	367.746
BNDES	30.686.611	31.505.048
FGTS	203.839.306	172.046.779
Outras	2.529.903	2.414.076
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR (Nota 17)	54.668	59.184
Repasse do exterior	54.668	59.184
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	59.272.725	43.955.266
Fiscais e previdenciárias	121.815	127.238
Recursos para destinação específica:	2.956.578	
Obrigações por fundos e programas sociais	2.956.578	
Instrumentos híbridos de capital e dívida	520.528	430.152
Dívidas subordinadas	10.183.670	
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	17.443.376	23.243.491
Diversas	28.046.758	20.154.385
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	63.633.589	62.310.921
Capital social:	24.837.171	22.054.802
Capital de domiciliados no país	35.000.000	35.000.000
Capital a realizar	(10.162.829)	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal	36.453.645	36.086.566
Reserva de reavaliação	379.098	400.384
Reservas de lucros	9.074.710	9.269.290
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.111.035)	(5.107.599)
Lucros/Prejuízos Acumulados		(392.522)
T O T A L	1.255.451.751	1.203.385.506

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração Consolidada do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	76.971.826	149.697.220	78.201.883	144.471.785
Operações de crédito (Nota 8 (e))	48.365.483	94.191.989	45.841.182	86.600.379
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	22.390.395	50.680.569	17.416.443	34.792.970
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	(1.129.903)	(8.892.854)	6.855.422	8.874.051
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	189.330		1.755.227	2.691.087
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	7.100.192	13.626.500	6.294.405	11.435.117
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	56.329	91.016	39.204	78.181
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(63.833.281)	(125.596.050)	(67.468.684)	(123.159.630)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b); 16 (b) e 16 (d))	(43.463.766)	(85.246.586)	(45.414.978)	(82.271.862)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (d))	(9.755.882)	(16.179.377)	(10.681.506)	(18.415.235)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))		(1.225.286)		
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (Nota 8 (f.1))	(571.624)	(2.835.434)	(1.298.111)	(2.815.517)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (i))	(10.042.009)	(20.109.367)	(10.074.089)	(19.657.016)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.138.545	24.101.170	10.733.199	21.312.155
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(9.878.934)	(20.066.458)	(11.051.661)	(20.226.641)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	8.982.005	17.481.594	8.570.045	16.518.636
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	2.611.048	4.981.827	2.216.254	4.196.309
Despesas de pessoal (Nota 24)	(10.987.379)	(21.047.978)	(10.132.394)	(19.757.035)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(6.334.967)	(12.199.538)	(5.898.544)	(11.529.003)
Despesas tributárias (Nota 29)	(1.883.076)	(3.726.483)	(1.766.008)	(3.474.785)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	168.320	443.605	632.343	942.991
Outras receitas operacionais (Nota 26)	4.406.846	8.467.041	4.140.813	9.086.594
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(6.841.731)	(14.466.526)	(8.814.170)	(16.210.348)
RESULTADO OPERACIONAL	3.259.611	4.034.712	(318.462)	1.085.514
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	(158.623)	(272.771)	(393.315)	(646.019)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	3.100.988	3.761.941	(711.777)	439.495
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (a))	(625.959)	1.549.447	5.197.658	7.944.234
Tributos correntes	(614.319)	(740.053)	478.147	(206.851)
Ativo fiscal diferido	480.842	1.519.915	5.730.102	9.066.889
Passivo fiscal diferido	(492.482)	769.585	(1.010.591)	(915.804)
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(785.881)	(1.174.730)	(837.044)	(1.272.015)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE / EXERCÍCIO	1.689.148	4.136.658	3.648.837	7.111.714

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Nota 3 (t))	22.054.802	35.867.958	167	408.392	2.325.326	4.547.771	(3.113.693)	(347.882)	61.742.841
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		218.608							218.608
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1.994.073)		(1.994.073)
RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS DE INVESTIDAS			(167)				167		
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				16.847					16.847
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(10.891)	(10.891)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(22.923)				22.923	
REVERSÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1.932)					(1.932)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(1.043.353)			(1.043.353)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO NO PERÍODO (Nota 3(t))								7.111.714	7.111.714
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					292.083			(292.083)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						622.716		(622.716)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.524.747		(2.524.747)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.757.678)	(1.757.678)
Dividendos propostos								(656.475)	(656.475)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(1.314.687)	(1.314.687)
SALDO AJUSTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Nota 3(t))	22.054.802	36.086.566		400.384	2.617.409	6.651.881	(5.107.599)	(392.522)	62.310.921
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(2.003.436)		(2.003.436)
AUMENTO DE CAPITAL	2.782.369								
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				5.422			(2.782.369)		5.422
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(10.396)	(10.396)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(25.200)				25.200	
REVERSÃO DE RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1.508)					(1.508)
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		367.079							367.079
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(55.296)			(55.296)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO NO PERÍODO (Nota 3(t))								4.136.658	4.136.658
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					185.119			(185.119)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)						511.185		(511.185)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						1.946.781		(1.946.781)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(681.562)	(681.562)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(434.293)	(434.293)
SALDOS EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016	24.837.171	36.453.645		379.098	2.802.528	6.272.182	(7.111.035)		63.633.589

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 (Nota 3t)	22.054.802	36.086.566	167	400.031	2.465.156	3.756.721	(3.839.032)	1.230.843	62.155.254
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1.268.734)		(1.268.734)
RECLASSIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS DE INVESTIDAS			(167)				167		
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/ REAVALIAÇÃO				9.428					9.428
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(5.858)	(5.858)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(7.143)				7.143	
REVERSÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				(1.932)					(1.932)
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS									
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO NO PERÍODO (Nota 3(t))								3.648.837	3.648.837
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					152.253			(152.253)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						370.413		(370.413)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.524.747		(2.524.747)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(941.531)	(941.531)
Dividendos propostos								(656.475)	(656.475)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(628.068)	(628.068)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	22.054.802	36.086.566		400.384	2.617.409	6.651.881	(5.107.599)	(392.522)	62.310.921
EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 (Nota 3t)	22.054.802	36.453.645		389.873	2.717.002	6.818.915	(6.590.349)	112.528	61.956.416
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(520.686)		(520.686)
AUMENTO DE CAPITAL	2.782.369								
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/ RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(4.849)	(4.849)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(10.775)				10.775	
REVERSÃO DE DESTAQUE DE JCP								492.189	492.189
REVERSÃO DE JUROS SOBRE IHCD								21.371	21.371
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1.689.148	1.689.148
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					85.526			(85.526)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						288.855		(288.855)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						1.946.781		(1.946.781)	
SALDOS EM 30 DE DEZEMBRO DE 2016	24.837.171	36.453.645		379.098	2.802.528	6.272.182	(7.111.035)		63.633.589

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	13.255.658	29.100.272	11.757.718	23.911.681
Lucro Líquido	1.689.148	4.136.658	3.648.838	7.111.714
Ajustes ao Lucro Líquido:	11.566.510	24.963.614	8.108.880	16.799.967
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Pass	(919.849)	1.617.400	180.372	528.201
(Ganho)/Perda em Investimentos	(50.332)	159.737	265.086	241.295
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(10.826)	(10.826)		(4.193)
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	33.011	1.723	(57.451)	(57.506)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.042.009	20.109.367	10.074.089	19.657.016
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	1.175.930	2.266.951	961.582	1.700.218
Depreciações e Amortizações	917.951	1.800.932	847.499	1.650.250
Impostos Diferidos	11.640	(2.289.500)	(4.719.511)	(8.151.085)
Despesas com provisões para causas judiciais	456.204	1.235.609	1.006.640	1.843.712
Resultado de Participação em Coligadas	(168.320)	(443.605)	(632.343)	(942.991)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	79.092	515.826	182.917	305.629
Despesas com atualização monetárias de dividendos complementares pagos				29.421
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	(2.500.989)	(33.041.141)	26.580.101	23.076.046
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(3.952.627)	(4.899.964)	(3.938.070)	(5.473.859)
(Aumento) Redução em TVM para negociação	6.000.896	(8.221.187)	1.960.452	(546.058)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(12.372.711)	(13.542.226)	(10.348.052)	(12.771.418)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(983.231)	(2.067.329)	225.773	(1.007.437)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	547.052	99.544	514.186	146.884
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(27.954.215)	(47.352.938)	(35.536.367)	(82.637.167)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(1.965.031)	(2.359.018)	(6.591.234)	(6.683.910)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(1.386.945)	(2.608.222)	(553.880)	(961.030)
(Redução) Aumento em Depósitos	48.814.326	56.531.069	28.814.789	35.690.831
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	(29.611.320)	(34.833.224)	18.077.317	21.491.337
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	(9.888.316)	(15.295.930)	7.106.618	31.641.282
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	180.573	915.029	83.843	104.064
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	14.348.234	22.367.259	21.648.057	39.197.271
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	15.722.326	18.225.996	5.183.291	5.260.810
Imposto de renda e contribuição social pagos			(66.622)	(375.554)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	10.754.669	(3.940.869)	38.337.819	46.987.727
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(7.930.853)	(9.486.510)	2.240.651	(1.037.427)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	2.207.229	14.720.612	(16.688.939)	(14.924.092)
Aquisição de investimentos				
Alienação de Imobilizado de Uso	12.630	18.446	11.010	25.076
Aquisição de Imobilizado de Uso	(220.172)	(525.230)	(491.595)	(1.065.169)
Baixa de Intangível	17.039	48.760	46.697	58.164
Aquisição de Intangível	(716.105)	(1.124.273)	(588.061)	(875.944)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(6.630.232)	3.651.805	(15.470.237)	(17.819.392)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Incorporação de remuneração de IHCD		367.079	(218.608)	
Dividendos complementares dos exercícios de 2015		(55.296)		(1.072.773)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	492.188	(681.562)	(1.598.006)	(2.414.153)
Remuneração IHCD pago		(1.401.544)	1.448.100	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	492.188	(1.771.323)	(368.514)	(3.486.926)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.616.625	(2.060.387)	22.499.068	25.681.409
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA				
Caixa e Equivalentes no início do período	146.220.509	152.897.521	130.398.453	127.216.112
Caixa e Equivalentes no fim do período	150.837.134	150.837.134	152.897.521	152.897.521
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.616.625	(2.060.387)	22.499.068	25.681.409

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

DESCRIÇÃO	2016				2015			
	2º semestre		Exercício		2º semestre		Exercício	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
1. RECEITAS	82.771.093		159.020.258		82.661.590		153.970.288	
Intermediação financeira	76.971.826		148.471.934		78.201.883		144.471.785	
Prestação de serviços com tarifas	11.593.053		22.463.421		10.786.298		20.714.944	
Provisão para devedores duvidosos - constituição	(10.042.009)		(20.109.367)		(10.074.089)		(19.657.016)	
Outras	4.248.223		8.194.270		3.747.498		8.440.575	
2. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	53.791.272		104.261.397		57.394.595		103.502.614	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	11.484.651		23.331.937		13.139.958		24.631.058	
Materiais, energia e outros	1.428.586		2.671.672		1.283.827		2.487.564	
Processamento de dados e comunicações	1.117.118		2.213.301		1.013.361		2.025.688	
Propaganda, publicidade e promoções	435.826		776.601		427.999		751.771	
Serviços de terceiros e especializados	1.217.048		2.353.450		1.190.176		2.354.732	
Serviços de vigilância e segurança	444.342		850.387		410.426		800.955	
Outras	6.841.731		14.466.526		8.814.169		16.210.348	
- Serviços delegados pelo Governo Federal	961.878		1.970.949		882.133		1.862.519	
- Despesa com lotérico e parceiros comerciais	1.193.152		2.232.430		1.053.894		2.201.820	
- Descontos de operações de crédito	179.191		302.049		191.647		651.730	
- Despesas com cartão de crédito/débito	565.886		1.057.910		478.625		1.147.790	
- Benefício pós-emprego	1.175.930		2.266.951		961.582		1.700.218	
- Provisões operacionais diversas	1.502.753		3.706.400		2.887.794		4.853.595	
- Demais	1.262.941		2.929.837		2.358.494		3.792.676	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	17.495.170		31.426.924		12.127.037		25.836.616	
5. RETENÇÕES	917.951		1.800.931		847.499		1.650.250	
Depreciação, amortização e exaustão	917.951		1.800.931		847.499		1.650.250	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	16.577.219		29.625.993		11.279.538		24.186.366	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	168.320		443.605		632.343		942.991	
Resultado da equivalência patrimonial	168.320		443.605		632.343		942.991	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	16.745.539		30.069.598		11.911.881		25.129.357	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	16.745.539	100,00	30.069.598	100,00	11.911.881	100,00	25.129.357	100,00
Pessoal	10.333.340	61,71	19.434.269	64,63	9.619.635	80,76	18.382.221	73,15
- Remuneração direta	7.902.568		14.794.619		7.343.546		13.881.317	
- Benefícios	1.952.206		3.712.623		1.837.219		3.642.792	
- FGTS	478.566		927.027		438.870		858.112	
Impostos, taxas e contribuições	3.948.955	23,58	4.965.475	16,51	(2.081.847)	(17,48)	(1.822.620)	(7,25)
- Federais	3.597.997		4.231.682		(2.400.890)		(2.518.534)	
- Estaduais	395		832		122		713	
- Municipais	350.563		732.961		318.921		695.201	
Remuneração de capitais de terceiros	774.096	4,62	1.533.196	5,10	725.256	6,09	1.458.043	5,80
- Aluguéis	774.096		1.533.196		725.256		1.458.043	
Remuneração de capitais próprios	(21.371)	-0,13	1.608.043	5,35	2.226.074	18,69	3.728.841	14,84
- Juros sobre o capital próprio e dividendos			1.173.750		1.598.007		2.414.154	
- Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital	(21.371)		434.293		628.067		1.314.687	
Lucros retidos	1.710.519	10,21	2.528.615	8,41	1.422.763	11,94	3.382.872	13,46

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	10
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.....	11
Nota 3 – Principais práticas contábeis	13
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	27
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	27
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	28
Nota 7 – Relações interfinanceiras.....	37
Nota 8 – Carteira de crédito	38
Nota 9 – Outros créditos.....	45
Nota 10 – Outros valores e bens	48
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	48
Nota 12 – Imobilizado de uso	50
Nota 13 – Intangível.....	51
Nota 14 – Depósitos	52
Nota 15 – Captações no mercado aberto	55
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	56
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	58
Nota 18 – Outras obrigações.....	59
Nota 19 – Patrimônio líquido	63
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).....	65
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira.....	68
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira.....	68
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	69
Nota 24 – Despesas com pessoal.....	70
Nota 25 – Outras despesas administrativas.....	70
Nota 26 – Outras receitas operacionais	71
Nota 27 – Outras despesas operacionais	71
Nota 28 – Resultado não operacional	72
Nota 29 – Despesas tributárias	72
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias	73
Nota 31 – Partes relacionadas	76
Nota 32 – Benefícios a empregados	80
Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo.....	98
Nota 34 – Outras informações.....	109
Nota 35 – Eventos Subsequentes	110

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais Caixa Participações S.A. – CAIXAPAR, CAIXA Instantânea S.A. e CAIXA Seguridade S.A..

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias da CAIXA Seguridade S.A., na Caixa Seguros Holding S/A, na Pan Seguros S/A e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas**a) Contexto**

As demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis consolidadas de 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 21 de março de 2017 e pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2017.

As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas independentemente de requerimento do Banco Central do Brasil para apresentação de demonstrações contábeis, dado que a Administração da CAIXA entende ser relevante para o mercado tal divulgação em função do volume de operações e atuação da CAIXA no mercado financeiro nacional.

Em função de orientação do Banco Central do Brasil para que os instrumentos híbridos de capital e dívida fossem reclassificados do patrimônio líquido para o passivo nas demonstrações contábeis individuais, a partir do trimestre findo em 31 de março de 2015, a Administração da CAIXA optou por deixar de apresentar as demonstrações contábeis individuais da controladora, passando a apresentar apenas as demonstrações contábeis consolidadas, por entender que essas demonstrações contábeis consolidadas fornecem os elementos necessários para o melhor entendimento da sua situação financeira, do volume total de suas operações e do cumprimento dos limites regulatórios e prudenciais do Banco Central do Brasil, onde os instrumentos híbridos de capital e dívida são classificados como elegíveis a capital e compõem o patrimônio líquido.

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanada da Lei n° 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e da Carta Circular 1.273/87 (COSIF). Além dessas normas, nos baseamos também na Lei e n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis n° 11.638/07 e n° 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR, CAIXA Instantânea e CAIXA Seguridade que possui a subsidiária CAIXA Securitária. Foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR, da CAIXA Instantânea, da CAIXA Seguridade e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independente da proporção de qualquer participação na investida.

O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura.

Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que o conglomerado CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas na Nota 11.

(d) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 10/04/2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, a Administração da CAIXA adotou ações acatelasórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados, administradores e fornecedores.

Até a data de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2016, a CAIXA, seus administradores e seus empregados não foram notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva que não sejam aquelas que envolvam seus prestadores de serviços, eventualmente decorrentes de fatos relacionados com a operação “A Origem”.

A despeito disso, a CAIXA adotou providências, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os contratos com as empresas citadas.

Com base nas informações disponíveis, foi conduzido um processo interno de investigação que não identificou fatos relacionados a esse assunto que pudessem impactar as suas demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2016, nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a boa conduta de seus funcionários, administradores e fornecedores.

De forma prospectiva a CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de análises adicionais ou que outro processo de investigação interna seja efetuado.

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 13/01/2017, a respeito do suposto envolvimento de ex-dirigente na operação conhecida como “Cui Bono?”, a Administração da CAIXA adotou ações acatelasórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados e administradores.

Até a data de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2016, a CAIXA não identificou a participação de seus atuais administradores e empregados em nenhuma atividade irregular ligada às operações listadas na Operação “Cui Bono?”.

Nesta linha, a CAIXA adotou providências a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os fatos constantes dos inquéritos policiais disponibilizados, bem como verificou a observância da governança nas operações de crédito citadas, sem encontrar, até o momento, qualquer indício de irregularidade.

Com base nas informações disponíveis, foi conduzido um processo interno de investigação que não identificou fatos relacionados a esse assunto que pudessem impactar as suas demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2016 nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a boa conduta de seus funcionários e administradores.

De forma prospectiva a CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de análises adicionais ou que outro processo de investigação interna seja efetuado.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração do seu fato gerador, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e os demais disponíveis vencíveis até ou iguais a 90 dias.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis consolidadas.

Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição de caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

Os títulos de renda fixa utilizados para lastrear as operações compromissadas (venda com compromisso de recompra) são destacados em contas específicas do ativo na data da operação pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. Considera-se como despesa a diferença entre o valor de recompra e o valor de venda e o reconhecimento contábil ocorre conforme regime de competência "pro rata" dia em função da fluência do prazo das operações.

Os financiamentos concedidos por meio de lastro com títulos de renda fixa de terceiros (compra com compromisso de revenda) são registrados pelo valor de liquidação. A renda da operação é representada pela diferença entre os valores de revenda e de compra. Os títulos utilizados para lastrear operações de venda com o compromisso de recompra são registrados em contas destacadas do Ativo, sendo transferidos da posição Bancada para a posição Financiada.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para as operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para compor a própria carteira são registrados pelo valor efetivamente pago e administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (g) e (h).

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco “H” há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por, no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível “H”. Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros são registrados no ativo tendo como contrapartida, passivo referente a obrigação assumida.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, considerando as alíquotas tributárias vigentes no período de realização destes ativos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários em “Outros Créditos – Diversos”, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. Para o banco, a CSLL foi calculada considerando a alíquota de 15%, até agosto de 2015, e no período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Para as demais empresas, a contribuição social é calculada considerando a alíquota de 9%.

Em virtude do aumento de alíquota da CSLL a partir de setembro/2015, vigente até dezembro/18, a CAIXA promoveu a constituição de créditos tributários de CSLL complementares, considerando os créditos tributários realizáveis no período de vigência a alíquota majorada, os quais foram estimados de acordo com os estudos técnicos que suportam o registro de tais ativos.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

(k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

O ágio constituído é a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento adquirido, provenientes das expectativas de rentabilidade futura, fundamentados por análise econômica financeira, sendo amortizado e submetido a teste de recuperabilidade.

(l) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual.

A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do exercício apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.

Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa, direta ou indiretamente, para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento. Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. *Softwares* desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica “depreciação e amortização”, em outras despesas administrativas e possuem prazos de amortização de 5 anos para Projetos logiciais – software e de até 5 anos para Aquisição de folha de pagamento.

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável.

Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata die*,

Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** conforme preceitua o CPC 25, os passivos contingentes não são provisionados, as causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevantes, e aquelas classificadas como perdas remotas não requerem nem provisão, nem divulgação. A análise e classificação das perdas é realizada com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionará uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(q) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora.

O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios.

O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.

Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida.

Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes.

A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM nº 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos.

A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

Destaca-se que o Pronunciamento CPC 33 (R1) estipula para a empresa patrocinadora os parâmetros específicos para mensuração dos ativos, obrigações e, por consequência, do superávit e déficit de planos de aposentadoria. Todavia, devido às disposições legais presentes no Brasil, as demonstrações contábeis dos respectivos planos devem ser elaboradas com a observância das disposições instituídas pelo órgão competente nacional, o que conduz a apurações de superávit e déficit distintas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tendo-se em vista que a CAIXA já constitui provisão atuarial, atendendo às disposições do Pronunciamento CPC 33 (R1), apenas existe prerrogativa de complemento dessa provisão na hipótese de o déficit, objeto de plano de equacionamento, apurado em conformidade à legislação local apresentar montante superior ao provisionado pelo Pronunciamento CPC 33 (R1).

Nessa hipótese, a complementação dá-se em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme consta da Interpretação Técnica ICPC 20 – Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação.

O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(r) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

(s) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por eventos que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis e originam ajustes e por eventos que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis, mas não originam ajustes.

(t) Reapresentação de Saldos Comparativos**(i) Segregação das provisões para contingências judiciais em circulante e não circulante**

Até 31/12/2015, diante da impossibilidade de apuração da estimativa de realização dos valores provisionados para contingências judiciais com razoável segurança, a CAIXA alocou estes valores como passivo circulante, em convergência ao princípio da prudência contábil. A partir de 01/01/2016, os processos que apuram a estimativa de ações cíveis e trabalhistas com risco de perda classificada como provável permitiram uma apuração da estimativa de realização destes passivos e possibilitaram a sua segregação em passivos circulantes e não circulantes.

(ii) Depósitos em contas de poupança simplificada

Em 31 de dezembro de 2016, para adequação aos requisitos da Circular BACEN nº 3.763/15 e Carta-Circular BACEN nº 3.725/15, a CAIXA reclassificou os saldos de depósitos em contas de poupança que estavam registrados em “Credores diversos – no país”, sob o título “Outros credores - poupança simplificada” para o grupo de “Depósitos”, juntamente com o respectivo impacto relativo aos efeitos da atualização monetária do período 2006 até 2016.

Os efeitos da atualização dos saldos das contas de poupança simplificada do período de 2006 até 2014 impactaram a rubrica de “Lucros e prejuízos acumulados” perfazendo os saldos reapresentados de 31/12/2014, em atendimento aos requisitos do pronunciamento contábil “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

As posições comparativas dessas Demonstrações Contábeis Consolidadas estão sendo reapresentadas com a referida reclassificação dos valores patrimoniais apurados.

(iii) Detalhamento dos ajustes de reapresentação nas demonstrações contábeis

Conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, as retificações de erro mencionadas nos itens acima foram aplicadas de forma retrospectiva, produzindo efeitos nas Demonstrações Contábeis Consolidadas comparativas, conforme apresentado a seguir:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

▪ **Balanco Patrimonial**

A posição patrimonial consolidada comparativa relativa a 31/12/2015 está sendo rerepresentada em função das retificações de erro descritas nos itens (i) e (ii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
Ativo	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Circulante	593.580.550	104.666	593.685.216
Outros Créditos	42.751.379	104.666	42.856.045
Diversos (1)	33.912.228	104.666	34.016.894
Não Circulante	609.700.290	-	609.700.290
Total do Ativo	1.203.280.840	104.666	1.203.385.506
Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Circulante	715.340.420	(4.407.329)	710.933.091
Depósitos	367.127.623	997.309	368.124.932
Depósitos de poupança (2)	241.362.624	997.309	242.359.933
Outras Obrigações	58.999.929	(5.404.638)	53.595.291
Diversas (3)	38.032.537	(5.404.638)	32.627.899
Não Circulante	425.236.977	4.904.517	430.141.494
Outras Obrigações	39.050.749	4.904.517	43.955.266
Diversas	15.249.868	4.904.517	20.154.385
Patrimônio Líquido	62.703.443	(392.522)	62.310.921
Lucros/Prejuízos Acumulados (4)	-	(392.522)	(392.522)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.203.280.840	104.666	1.203.385.506

- (1) O montante de 104.666 ajustado reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (2) O montante de 997.309 ajustado se refere a reclassificação do montante de 500.121 relativo ao saldo de contas de poupança simplificada (item ii) acrescido do montante de 497.188 relativo a sua respectiva correção de juros e atualização monetária;
- (3) O montante de (5.404.638) ajustado se refere a reclassificação do montante de 4.904.517 relativo a provisões para contingências judiciais (item i) acrescido do montante 500.121 relativo ao saldo de contas de poupança simplificada;
- (4) O montante de (392.522) ajustado se refere ao reconhecimento da despesa de (497.188) com juros e atualização monetária do saldo de poupança simplificada deduzido do respectivo impacto tributário decorrente 104.666.

▪ **Demonstração do Resultado:**

Os resultados consolidados comparativos relativos ao 2º Semestre de 2015 e ao Exercício 2015 estão sendo rerepresentadas em função da retificação de erro descrita no item (ii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2º Semestre de 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	78.201.883	-	78.201.883
Despesas da intermediação financeira	(67.428.292)	(40.392)	(67.468.684)
Operações de captação no mercado (1)	(45.374.586)	(40.392)	(45.414.978)
Resultado bruto da intermediação financeira	10.773.591	(40.392)	10.733.199
Outras receitas/despesas operacionais	(11.053.979)	2.318	(11.051.661)
Despesas tributárias	(1.768.326)	2.318	(1.766.008)
Resultado operacional	(280.388)	(38.074)	(318.462)
Resultado não operacional	(393.315)	-	(393.315)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(673.703)	(38.074)	(711.777)
Imposto de renda e contribuição social	5.183.874	13.784	5.197.658
Tributos correntes	468.637	9.510	478.147
Ativo fiscal diferido	5.725.828	4.274	5.730.102
Passivo fiscal diferido	(1.010.591)	-	(1.010.591)
Participações dos empregados no lucro	(837.044)	-	(837.044)
Lucro líquido do período	3.673.127	(24.290)	3.648.837

- (1) O montante de (40.392) se refere ao reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Exercício 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Receitas da intermediação financeira	144.471.785	-	144.471.785
Despesas da intermediação financeira	(123.085.119)	(74.511)	(123.159.630)
Operações de captação no mercado (1)	(82.197.351)	(74.511)	(82.271.862)
Resultado bruto da intermediação financeira	21.386.666	(74.511)	21.312.155
Outras receitas/despesas operacionais	(20.230.840)	4.199	(20.226.641)
Despesas tributárias	(3.478.984)	4.199	(3.474.785)
Resultado operacional	1.155.826	(70.312)	1.085.514
Resultado não operacional	(646.019)	-	(646.019)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	509.807	(70.312)	439.495
Imposto de renda e contribuição social	7.918.562	25.672	7.944.234
Tributos correntes	(224.635)	17.784	(206.851)
Ativo fiscal diferido	9.059.001	7.888	9.066.889
Passivo fiscal diferido	(915.804)	-	(915.804)
Participações dos empregados no lucro	(1.272.015)	-	(1.272.015)
Lucro líquido do período	7.156.354	(44.640)	7.111.714

- (1) O montante de (74.511) se refere ao reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii).

▪ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido:

As posições patrimoniais de abertura da Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL relativas a 31/12/2014 estão sendo rerepresentadas em função da retificação de erro descrita no item (ii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2014		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
Ativo	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Circulante	514.548.403	74.795	514.623.198
Outros Créditos	34.458.544	74.795	34.533.339
Diversos (1)	28.440.582	74.795	28.515.377
Não Circulante	550.135.001	-	550.135.001
Total do Ativo	1.064.683.404	74.795	1.064.758.199
Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Circulante	621.007.710	422.677	621.430.387
Depósitos	341.467.033	922.872	342.389.905
Depósitos de poupança (2)	236.836.068	922.872	237.758.940
Outras Obrigações	58.929.801	(500.195)	58.429.606
Diversas (3)	41.394.998	(500.195)	40.894.803
Não Circulante	381.584.971	-	381.584.971
Patrimônio Líquido	62.090.723	(347.882)	61.742.841
Lucros/Prejuízos Acumulados (4)	-	(347.882)	(347.882)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.064.683.404	74.795	1.064.758.199

- (1) O montante de 74.795 ajustado reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento dos juros e da atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (2) O montante de 922.872 ajustado se refere a reclassificação do montante de 500.195 relativo ao saldo de contas de poupança simplificada (item ii) acrescido do montante de 422.677 relativo a sua respectiva correção de juros e atualização monetária;
- (3) O montante de 500.195 ajustado se refere a reclassificação do saldo de contas de poupança simplificada;
- (4) O montante de (347.882) ajustado se refere ao reconhecimento da despesa de (422.677) com juros e atualização monetária do saldo de poupança simplificada deduzido do respectivo impacto tributário decorrente 74.795.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As posições patrimoniais de abertura das Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL relativas a 30/06/2015 e 30/06/2016 estão sendo reapresentadas em função das retificações de erro descritas nos itens (i) e (ii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	30/06/2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
Ativo	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Circulante	541.481.371	88.564	541.569.935
Outros Créditos	38.304.807	88.564	38.393.371
Diversos (1)	29.579.536	88.564	29.668.100
Não Circulante	577.680.802	-	577.680.802
Total do Ativo	1.119.162.173	88.564	1.119.250.737
Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Circulante	646.014.134	(3.324.278)	642.689.856
Depósitos	344.596.723	956.974	345.553.697
Depósitos de poupança (2)	232.117.335	956.974	233.074.309
Outras Obrigações	52.937.862	(4.281.252)	48.656.610
Diversas (3)	36.020.479	(4.281.252)	31.739.227
Não Circulante	410.624.553	3.781.074	414.405.627
Outras Obrigações	35.989.142	3.781.074	39.770.216
Diversas	15.926.726	3.781.074	19.707.800
Patrimônio Líquido	62.523.486	(368.232)	62.155.254
Lucros/Prejuízos Acumulados (4)	1.599.075	(368.232)	1.230.843
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.119.162.173	88.564	1.119.250.737

- (1) O montante de 88.564 ajustado reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (2) O montante de 956.974 ajustado se refere a reclassificação do montante de 500.178 relativo ao saldo de contas de poupança simplificada (item ii) acrescido do montante de 456.796 relativo a sua respectiva correção de juros e atualização monetária;
- (3) O montante de (4.281.252) ajustado se refere a reclassificação do montante de (3.781.074) relativo a provisões para contingências judiciais (item i) acrescido do montante (500.178) relativo ao saldo de contas de poupança simplificada;
- (4) O montante de (368.232) ajustado se refere ao reconhecimento da despesa de (456.796) com juros e atualização monetária do saldo de poupança simplificada deduzido do respectivo impacto tributário decorrente 88.564.

Descrição	30/06/2016		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
Ativo	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Circulante	584.754.810	104.666	584.859.476
Outros Créditos	33.085.558	104.666	33.190.224
Diversos (1)	24.139.445	104.666	24.244.111
Não Circulante	628.706.705	-	628.706.705
Total do Ativo	1.213.461.515	104.666	1.213.566.181
Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Circulante	685.390.729	497.188	685.887.917
Depósitos	362.802.878	997.306	363.800.184
Depósitos de poupança (2)	238.702.276	997.306	239.699.582
Outras Obrigações	53.191.357	(500.118)	52.691.239
Diversas (3)	34.642.019	(500.118)	34.141.901
Não Circulante	465.721.848	-	465.721.848
Patrimônio Líquido	62.348.938	(392.522)	61.956.416
Lucros/Prejuízos Acumulados (4)	505.050	(392.522)	112.528
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.213.461.515	104.666	1.213.566.181

- (1) O montante de 104.666 ajustado reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (2) O montante de 997.306 ajustado se refere a reclassificação do montante de 500.118 relativo ao saldo de contas de poupança simplificada (item ii) acrescido do montante de 456.796 relativo a sua respectiva correção de juros e atualização monetária;
- (3) O montante de (500.118) ajustado se refere a reclassificação do saldo de contas de poupança simplificada;
- (4) O montante de (392.522) ajustado se refere ao reconhecimento da despesa de (497.188) com juros e atualização monetária do saldo de poupança simplificada deduzido do respectivo impacto tributário decorrente 104.666.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

▪ Demonstração dos Fluxos de Caixa:

As Demonstrações Consolidadas dos Fluxos de Caixa relativas ao 2º Semestre de 2015 e Exercício de 2015 estão sendo rerepresentados em função da retificação de erro descrita no item (ii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2º semestre de 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Consolidado	Consolidado	Consolidado
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	11.786.282	(28.564)	11.757.718
Lucro Líquido (1)	3.673.128	(24.290)	3.648.838
Ajustes ao Lucro Líquido:	8.113.154	(4.274)	8.108.880
Impostos Diferidos (2)	(4.715.237)	(4.274)	(4.719.511)
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	26.551.537	28.564	26.580.101
(Aumento) Redução em Outros Créditos (3)	(6.579.406)	(11.828)	(6.591.234)
(Redução) Aumento em Depósitos (4)	28.774.454	40.335	28.814.789
(Redução) Aumento em Outras Obrigações (5)	5.183.234	57	5.183.291
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	38.337.819	-	38.337.819

- (1) O montante de (24.290) ajustado reflete o impacto no resultado do período decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (2) O montante de (4.274) ajustado reflete o impacto tributário no resultado do período decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativo a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (3) O montante de (11.828) reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (4) O montante de 40.335 ajustado se refere ao reconhecimento da remuneração de juros e atualização monetária sobre o saldo de poupança simplificada (item ii);
- (5) O montante de 57 ajustado refere-se à variação, no período, relativa ao saldo de poupança simplificada reclassificado.

Descrição	Exercício 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Consolidado	Consolidado	Consolidado
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	23.964.209	(52.528)	23.911.681
Lucro Líquido (1)	7.156.354	(44.640)	7.111.714
Ajustes ao Lucro Líquido:	16.807.855	(7.888)	16.799.967
Impostos Diferidos (2)	(8.143.197)	(7.888)	(8.151.085)
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	23.023.518	52.528	23.076.046
(Aumento) Redução em Outros Créditos (3)	(6.661.927)	(21.983)	(6.683.910)
(Redução) Aumento em Depósitos (4)	35.616.394	74.437	35.690.831
(Redução) Aumento em Outras Obrigações (5)	5.260.736	74	5.260.810
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	46.987.727	-	46.987.727

- (1) O montante de (44.640) ajustado reflete o impacto no resultado do período decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (2) O montante de (7.888) ajustado reflete o impacto tributário no resultado do período decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativo a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (3) O montante de (21.983) reflete o impacto no crédito tributário decorrente do reconhecimento da despesa com juros e atualização monetária relativa a reclassificação do saldo de poupança simplificada (item ii);
- (4) O montante de 74.437 ajustado se refere ao reconhecimento da remuneração de juros e atualização monetária sobre o saldo de poupança simplificada (item ii);
- (5) O montante de 74 ajustado refere-se à variação, no período, relativa ao saldo de poupança simplificada reclassificado.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

▪ Demonstração de Valor Adicionado:

As Demonstrações Consolidadas de Valor Adicionado – DVA relativas ao 2º Semestre de 2015 e ao Exercício de 2015 estão sendo representados em função da retificação de erro descrita no item (ii), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2º semestre 2015		
	Conforme apresentado	Ajustes	Valor ajustado
	Consolidado	Consolidado	Consolidado
1. Receitas	82.661.590		82.661.590
2. Despesas da intermediação financeira	57.354.203	40.392	57.394.595
3. Insumos adquiridos de terceiros	13.139.958		13.139.958
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	12.167.429	(40.392)	12.127.037
5. Retenções	847.499		847.499
6. Valor adicionado líquido (4-5)	11.319.930	(40.392)	11.279.538
7. Valor adicionado recebido em transferência	632.343		632.343
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	11.952.273	(40.392)	11.911.881
9. Distribuição do valor adicionado	11.952.273	(40.392)	11.911.881
Impostos, taxas e contribuições	(2.065.745)	(16.102)	(2.081.847)
Lucros retidos	1.447.053	(24.290)	1.422.763

Descrição	Exercício 2015		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
	Consolidado	Consolidado	Consolidado
1. Receitas	153.970.288		153.970.288
2. Despesas da intermediação financeira	103.428.103	74.511	103.502.614
3. Insumos adquiridos de terceiros	24.631.058		24.631.058
4. Valor adicionado bruto (1-2-3)	25.911.127	(74.511)	25.836.616
5. Retenções	1.650.250		1.650.250
6. Valor adicionado líquido (4-5)	24.260.877	(74.511)	24.186.366
7. Valor adicionado recebido em transferência	942.991		942.991
8. Valor adicionado a distribuir (6+7)	25.203.868	(74.511)	25.129.357
9. Distribuição do valor adicionado	25.203.868	(74.511)	25.129.357
Impostos, taxas e contribuições	(1.792.749)	(29.871)	(1.822.620)
Lucros retidos	3.427.512	(44.640)	3.382.872

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Total de disponibilidades (caixa)	10.763.601	11.510.594
Disponibilidade em moeda nacional	8.926.964	8.792.280
Disponibilidade em moeda estrangeira	1.836.637	2.718.314
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	140.073.534	141.386.927
Total	150.837.135	152.897.521

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	57.735.328	1.016.431	-	-	58.751.759	43.518.292
Letras financeiras do tesouro (1)	5.700.954	-	-	-	5.700.954	99.997
Letras do tesouro nacional	28.324.153	1.016.431	-	-	29.340.584	9.937.518
Notas do tesouro nacional	23.710.221	-	-	-	23.710.221	33.480.777
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	85.894.137	-	-	-	85.894.137	99.593.650
Letras do tesouro nacional	15.189.270	-	-	-	15.189.270	30.911.806
Notas do tesouro nacional	70.704.867	-	-	-	70.704.867	68.681.844
Aplicações em depósitos interfinanceiros	11.264.334	150.125	884.574	130.232	12.429.265	10.376.648
Depósitos interfinanceiros	11.264.372	150.125	-	-	11.414.497	9.691.077
Depósitos interfinanceiros - crédito rural	-	-	884.574	130.232	1.014.806	685.791
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(38)	-	-	-	(38)	(220)
Total - ativo circulante	154.893.799	1.166.556	884.574	130.232	157.075.161	153.488.590

(1) Inclui acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações firmado entre a CAIXA e o BANCOOB no montante de R\$ 139.843 em 31/12/2016, conforme Resolução CMN n° 3.263/05.

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração do Resultado

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de aplicações no mercado aberto	10.297.483	23.370.728	9.177.409	16.961.293
Posição bancada	3.135.166	6.123.797	2.387.469	4.299.354
Posição financiada	7.162.317	17.246.931	6.789.940	12.661.939
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	788.190	1.510.141	539.774	922.482
Total	11.085.673	24.880.869	9.717.183	17.883.775

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
(a) Composição

Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados				Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Carteira de Livre Movimentação	Banco Central		
Títulos públicos – Brasil	84.531.151	64.278.301	5.637.033	4.671.215	1.071.570	-	160.189.270
Letras financeiras do tesouro	6.141.692	10.292.030	839.938	-	1.070.867	-	18.344.527
Letras do tesouro nacional	64.890.083	19.717.992	4.794.202	4.671.215	703	-	94.074.195
Notas do tesouro nacional	13.205.488	34.268.279	2.893	-	-	-	47.476.660
Tesouro nacional/ securitização	293.888	-	-	-	-	-	293.888
Títulos – empresas	14.643.125	5.632.899	-	-	-	-	20.276.024
Debêntures	3.824.477	4.946.087	-	-	-	-	8.770.564
Nota promissória	5.140	-	-	-	-	-	5.140
Letras financeiras	55.572	-	-	-	-	-	55.572
Cotas de fundos	240.449	-	-	-	-	-	240.449
Certificado de recebíveis imobiliários	2.741.745	686.812	-	-	-	-	3.428.557
Ações	7.775.742	-	-	-	-	-	7.775.742
Outros	-	-	-	-	-	878.815	878.815
Total em 31/12/2016	99.174.276	69.911.200	5.637.033	4.671.215	1.071.570	878.815	181.344.109
Total em 31/12/2015	68.404.031	98.152.414	11.279.474	-	820	4.141.121	181.977.860

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

Posição em 31/12/2016	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos públicos	158.613.846	1.625.222	(49.798)	160.189.270	161.503.080	-	17.340.537	10.971.558	15.295.274	116.581.901
Letras financeiras do tesouro	18.360.643	(15.669)	(447)	18.344.527	18.335.754	-	-	-	-	18.344.527
Letras do tesouro nacional	92.440.021	1.634.174	-	94.074.195	94.139.243	-	6.074.199	2.386.933	15.295.274	70.317.789
Notas do tesouro nacional	47.467.267	6.717	2.676	47.476.660	48.734.195	-	11.266.338	8.584.625	-	27.625.697
Tesouro nacional/securitização	345.915	-	(52.027)	293.888	293.888	-	-	-	-	293.888
Títulos – empresas	21.146.613	19.684	(890.273)	20.276.024	20.356.837	8.016.191	-	132.707	428.496	11.698.630
Debêntures	9.359.979	19.664	(609.079)	8.770.564	8.634.179	-	-	71.995	428.496	8.270.073
Nota promissória	5.097	-	43	5.140	5.140	-	-	5.140	-	-
Letras financeiras	55.773	-	(201)	55.572	55.572	-	-	55.572	-	-
Cotas de fundos	240.449	-	-	240.449	240.449	240.449	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	3.453.036	20	(24.499)	3.428.557	3.645.755	-	-	-	-	3.428.557
Ações	8.032.279	-	(256.537)	7.775.742	7.775.742	7.775.742	-	-	-	-
Total – TVM	179.760.459	1.644.906	(940.071)	180.465.294	181.859.917	8.016.191	17.340.537	11.104.265	15.723.770	128.280.531
Para negociação (3)	106.701.497	1.644.906	-	108.346.403	108.346.403	-	15.715.826	2.386.933	15.295.274	74.948.370
Disponíveis para venda	23.567.368	-	(940.071)	22.627.297	22.627.297	8.016.191	-	132.707	428.496	14.049.903
Mantidos até o vencimento (4)	49.491.594	-	-	49.491.594	50.886.217	-	1.624.711	8.584.625	-	39.282.258
Instrumentos financeiros derivativos	878.815	-	-	878.815	878.815	-	643	18.386	371.655	488.131
Total – TVM e derivativos	180.639.274	1.644.906	(940.071)	181.344.109	182.738.732	8.016.191	17.341.180	11.122.651	16.095.425	128.768.662

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (181.614) - 31/12/2015 – (1.133.284); líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para Negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Descrição	31/12/2016					31/12/2015					
	Sem venc.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	15.715.826	2.386.933	15.295.274	74.288.058	106.060.869	1.625.222	107.686.091	101.345.780	(3.688.457)	97.657.323
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	7.573.730	7.589.399	(15.669)	7.573.730	3.472.622	3.028	3.475.650
Letras do tesouro nacional	-	5.824.291	2.386.933	15.295.274	65.553.289	87.425.613	1.634.174	89.059.787	89.281.974	(3.376.552)	85.905.422
Notas do tesouro nacional	-	9.891.535	-	-	1.161.039	11.045.857	6.717	11.052.574	8.591.184	(314.933)	8.276.251
Títulos - empresas	-	-	-	-	660.312	640.628	19.684	660.312	898.214	(75.227)	822.987
Debêntures	-	-	-	-	659.855	640.191	19.664	659.855	881.980	(75.224)	806.756
Cotas de fundos	-	-	-	-	-	-	-	-	15.128	-	15.128
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	457	437	20	457	1.106	(3)	1.103
Total	-	15.715.826	2.386.933	15.295.274	74.948.370	106.701.497	1.644.906	108.346.403	102.243.994	(3.763.684)	98.480.310

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Descrição	31/12/2016						31/12/2015				
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	5.286.757	5.336.555	(49.798)	5.286.757	446.563	(78.263)	368.300
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	4.954.720	4.955.167	(447)	4.954.720	-	-	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	38.149	35.473	2.676	38.149	84.311	1.953	86.264
Tesouro nacional/Securitized	-	-	-	-	293.888	345.915	(52.027)	293.888	362.252	(80.216)	282.036
Títulos – Empresas	8.016.191	-	132.707	428.496	8.763.146	18.230.813	(890.273)	17.340.540	17.454.799	(2.678.876)	14.775.923
Debêntures	-	-	71.995	428.496	7.469.084	8.578.654	(609.079)	7.969.575	6.816.024	(46.712)	6.769.312
Nota promissória	-	-	5.140	-	-	5.097	43	5.140	800.112	12.681	812.793
Letras de crédito imobiliário	-	-	-	-	-	-	-	-	82.755	118	82.873
Letras financeiras	-	-	55.572	-	-	55.773	(201)	55.572	142.286	230	142.516
Cotas de fundos	240.449	-	-	-	-	240.449	-	240.449	172.676	-	172.676
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.294.062	1.318.561	(24.499)	1.294.062	930.417	(89.645)	840.772
Ações (2)	7.775.742	-	-	-	-	8.032.279	(256.537)	7.775.742	8.510.529	(2.555.548)	5.954.981
Total	8.016.191	-	132.707	428.496	14.049.903	23.567.368	(940.071)	22.627.297	17.901.362	(2.757.139)	15.144.223

(1) Ajuste a Valor de Mercado. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (181.614) em 31/12/2016 - 31/12/2015 – (1.133.284); Líquido dos efeitos tributários.

(2) As participações acionárias, classificadas na Categoria II, são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, em 2016, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em ações no montante de R\$ 87.274.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

Descrição	31/12/2016					31/12/2015		
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos públicos	1.624.711	8.584.625	-	37.007.086	47.216.422	48.530.232	64.140.525	60.311.350
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	5.816.077	5.816.077	5.807.304	-	-
Letras do tesouro nacional	249.908	-	-	4.764.500	5.014.408	5.079.456	29.688.560	29.339.432
Notas do tesouro nacional	1.374.803	8.584.625	-	26.426.509	36.385.937	37.643.472	34.451.965	30.971.918
Títulos - empresas	-	-	-	2.275.172	2.275.172	2.355.985	71.681	57.460
Debêntures (1)	-	-	-	141.134	141.134	4.749	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	2.134.038	2.134.038	2.351.236	71.681	57.460
Total	1.624.711	8.584.625	-	39.282.258	49.491.594	50.886.217	64.212.206	60.368.810

(1) As debêntures, classificadas na Categoria III, são passíveis de aplicação de testes de *impairment* periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, em 2016, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em debêntures no montante de R\$ 220.767.

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Ativos financeiros mantidos para negociação	7.644.659	17.606.509	2.751.670	7.562.206
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.018.760	1.780.558	1.316.160	2.094.147
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.635.947	6.410.072	3.619.912	7.241.492
Outros	5.356	2.561	11.518	11.350
Total	11.304.722	25.799.700	7.699.260	16.909.195

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de swaps.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA.

O hedge contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN n° 3.082/2002.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

HEDGE CONTÁBIL								
Estruturas	31/12/2016				31/12/2015			
	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge			Objeto de Hedge
	Valor principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil	Valor principal	Juros	Ajuste a Valor de Mercado (1)	Valor Contábil
Emissões Externas	14.828.905	116.658	(27.922)	11.295.759	17.766.840	123.807	3.131.123	13.523.638
Empréstimos 4.131	1.629.250	14.713	(197.651)	1.643.963	9.350.559	71.069	943.617	9.421.628
Letras Financeiras	1.020.660	483.801	31.577	1.504.460	1.010.660	301.035	(91.401)	1.311.694
Total	17.478.815	615.172	(193.996)	14.444.182	28.128.059	495.911	3.983.339	24.256.960

(1) Ajuste acumulado dos contratos de swap

ESTRUTURA TEMPORAL						
Vencimento	31/12/2016			31/12/2015		
	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras	Emissões Externas	Empréstimos 4.131	Letras Financeiras
2016	-	-	-	413.232	2.063.749	-
2017	2.161.629	1.471.761	175.000	2.161.628	3.075.832	175.000
2018	958.578	-	21.500	958.578	2.911.506	16.500
2019	4.147.737	-	10.150	4.147.736	-	10.150
2020	30.805	-	16.360	30.805	-	11.360
2021	29.717	-	25.000	29.717	-	25.000
2022	719.797	-	-	719.797	-	-
2023	-	-	562.000	-	-	562.000
2024	-	-	203.450	-	-	203.450
2025	-	-	7.200	-	-	7.200
Total	8.048.263	1.471.761	1.020.660	8.461.493	8.051.087	1.010.660

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial:

Descrição	Conta de Compensação / Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Res.)	Valor Patrimonial	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Contratos de futuros						
Compromissos de venda	98.199.829	70.294.595	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	99.475.047	70.292.013	-	-	-	-
Moeda estrangeira	(1.275.218)	2.582	-	-	-	-
Contratos de Swaps						
Posição ativa	10.540.683	17.523.240	1.007.961	(129.146)	878.815	4.141.121
Índices	1.020.660	1.010.660	43.281	(9.187)	34.094	2.481
Moeda estrangeira	9.520.023	16.512.580	964.680	(119.959)	844.721	4.138.640
Posição passiva	10.540.683	17.523.240	1.059.550	13.261	1.072.811	157.782
Índices	1.020.660	1.010.660	47	2.469	2.516	93.882
Moeda estrangeira	9.520.023	16.512.580	1.059.503	10.792	1.070.295	63.900

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contraparte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial:

Descrição	31/12/2016							31/12/2015
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Result./ Patrimônio Líquido)	Valor Patrim.	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial
Posição Ativa:								
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	1.007.961	(129.146)	878.815	643	18.386	371.655	488.131	4.141.121
BM&FBOVESPA	43.281	(9.187)	34.094	-	1.205	483	32.406	2.481
Inst. Financeiras	964.680	(119.959)	844.721	643	17.181	371.172	455.725	4.138.640
Posição Passiva:								
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	1.059.550	13.261	1.072.811	14.098	154.223	82.068	822.422	157.782
BM&FBOVESPA	47	2.469	2.516	-	-	-	2.516	93.882
Inst. Financeiras	1.059.503	10.792	1.070.295	14.098	154.223	82.068	819.906	63.900

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial:

Descrição	31/12/2016				31/12/2015	
	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Contas de Compensação/ Valor Referencial						
Contratos futuros	14.154.626	2.395.268	15.296.066	66.353.869	98.199.829	70.294.595
Contratos de Swaps	323.795	1.125.617	2.358.978	6.732.293	10.540.683	17.523.240

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos:

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Swap	(388.677)	(4.224.757)	2.886.334	4.277.477
Futuro	(741.226)	(4.668.097)	3.969.088	4.596.574
Total realizado	(1.129.903)	(8.892.854)	6.855.422	8.874.051

(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Títulos públicos	6.708.603	11.280.294
Letra financeira do tesouro	1.910.805	-
Letras do tesouro nacional	4.794.905	11.277.716
Notas do tesouro nacional	2.893	2.578

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

Descrição	Remuneração	31/12/2016	31/12/2015
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	8.730.689	4.970.101
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	50.736.247	53.926.379
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	31.473.690	22.343.773
Compulsório adicional	Taxa SELIC	28.718.150	24.876.297
Total		119.658.776	106.116.550

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
FGTS a ressarcir	110.273	91.941
FCVS a receber	31.260.514	28.867.828
Não habilitados (1)	1.379.046	1.686.271
Habilitados e não homologados (2)	10.787.748	9.707.114
Habilitados e homologados (3)	19.093.720	17.474.443
Provisão FCVS a receber	(3.258.997)	(2.797.741)
Total (líquido de provisão)	28.111.790	26.162.028

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Créditos vinculados ao BACEN	5.888.969	11.233.580	5.083.022	9.192.461
Créditos vinculados ao SFH	1.211.223	2.392.920	1.211.383	2.242.656
Total	7.100.192	13.626.500	6.294.405	11.435.117

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito
(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2016	31/12/2015
Operações de crédito	372.618.937	85.610.939	95.610.225	78.502.727	29.211.402	7.077.553	5.312.829	3.314.253	19.469.075	696.727.940	667.349.336
Empréstimos e títulos descontados	30.664.269	25.572.700	43.431.071	30.700.339	9.462.061	4.058.300	2.118.077	1.827.880	12.630.664	160.465.361	163.744.084
Financiamentos	12.688.723	9.131.622	2.813.237	2.734.075	1.433.786	446.821	272.485	225.658	1.556.112	31.302.519	35.920.873
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.077.785	2.558.480	1.845.420	1.135.142	238.357	55.480	39.039	28.109	239.101	7.216.913	7.488.834
Financiamentos imobiliários	277.700.476	24.502.766	41.902.107	36.883.050	15.567.304	2.493.020	1.342.515	868.975	4.235.059	405.495.272	384.175.883
Financiamentos de infraestrutura	49.487.403	11.569.788	5.309.109	6.893.761	2.454.176	-	1.524.648	353.403	787.198	78.379.486	70.658.301
Cessão de créditos (1)	1.000.281	12.275.583	309.281	156.360	55.718	23.932	16.065	10.228	20.941	13.868.389	5.361.361
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	3.660.547	5.968.224	1.000.050	951.411	541.057	121.364	61.433	23.054	233.655	12.560.795	12.137.251
Cartão de crédito	1.108.432	4.776.496	383.582	286.289	154.630	39.858	22.945	15.706	160.216	6.948.154	7.028.676
Adiantamento de contratos de câmbio (2)	2.544.835	647.082	610.419	564.192	342.209	3.151	30.692	5.962	31.181	4.779.723	4.517.270
Créditos adquiridos (3)	-	541.173	-	94.397	28.542	71.455	-	-	-	735.567	530.573
Diversos	7.280	3.473	6.049	6.533	15.676	6.900	7.796	1.386	42.258	97.351	60.732
Total	376.279.484	91.579.163	96.610.275	79.454.138	29.752.459	7.198.917	5.374.262	3.337.307	19.702.730	709.288.735	679.486.587
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	(46.483)	(786.131)	(1.270.257)	(3.087.513)	(3.480.851)	(2.377.300)	(2.688.109)	(2.336.113)	(19.702.730)	(35.775.487)	(33.880.851)
Total líq. de provisões	376.233.001	90.793.032	95.340.018	76.366.625	26.271.608	4.821.617	2.686.153	1.001.194	-	673.513.248	645.605.736

(1) Variação no saldo da modalidade Cessão de créditos decorrente da operação de cessão firmada entre a CAIXA e a CIBRASEC, no decorrer do 2º semestre, conforme informação constante da Nota 8f – Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros.

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de “Outras Obrigações”.

(3) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos PAN, Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2016	31/12/2015
Provisão regulamentar	-	(457.895)	(966.102)	(2.383.625)	(2.975.247)	(2.159.675)	(2.687.134)	(2.336.113)	(19.702.730)	(33.668.521)	(32.886.033)
Operações de crédito	-	(428.055)	(956.102)	(2.355.082)	(2.921.141)	(2.123.266)	(2.656.417)	(2.319.976)	(19.469.080)	(33.229.119)	(32.499.349)
Empréstimos e títulos descontados	-	(127.864)	(434.311)	(921.010)	(946.206)	(1.217.490)	(1.059.039)	(1.279.516)	(12.630.669)	(18.616.105)	(17.638.759)
Financiamentos	-	(45.658)	(28.132)	(82.022)	(143.379)	(134.046)	(136.243)	(157.961)	(1.556.112)	(2.283.553)	(2.446.700)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(12.792)	(18.454)	(34.054)	(23.836)	(16.644)	(19.520)	(19.676)	(239.101)	(384.077)	(377.704)
Financiamentos imobiliários	-	(122.514)	(419.021)	(1.106.492)	(1.556.730)	(747.906)	(671.258)	(608.283)	(4.235.059)	(9.467.263)	(10.124.950)
Financiamentos de infraestrutura	-	(57.849)	(53.091)	(206.813)	(245.418)	-	(762.324)	(247.382)	(787.198)	(2.360.075)	(1.856.743)
Cessão de créditos	-	(61.378)	(3.093)	(4.691)	(5.572)	(7.180)	(8.033)	(7.158)	(20.941)	(118.046)	(54.493)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	-	(29.840)	(10.000)	(28.543)	(54.106)	(36.409)	(30.717)	(16.137)	(233.650)	(439.402)	(386.684)
Cartão de crédito	-	(23.882)	(3.836)	(8.589)	(15.463)	(11.957)	(11.473)	(10.994)	(160.216)	(246.410)	(235.185)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(3.235)	(6.104)	(16.926)	(34.221)	(945)	(15.346)	(4.173)	(31.181)	(112.131)	(98.670)
Créditos adquiridos	-	(2.706)	-	(2.832)	(2.854)	(21.437)	-	-	-	(29.829)	(40.443)
Diversos	-	(17)	(60)	(196)	(1.568)	(2.070)	(3.898)	(970)	(42.253)	(51.032)	(12.386)
Provisão complementar (1)	(46.483)	(328.236)	(304.155)	(703.888)	(505.604)	(217.625)	(975)	-	-	(2.106.966)	(994.818)
Operações de crédito	(44.801)	(322.411)	(296.067)	(691.383)	(492.400)	(214.680)	(60)	-	-	(2.061.802)	(977.531)
Empréstimos e títulos descontados	(14.960)	(36.677)	(103.109)	(239.379)	(291.441)	(136.952)	(21)	-	-	(822.539)	(699.890)
Financiamentos	(3.627)	(15.467)	(24.078)	(57.944)	(109.944)	(77.511)	(36)	-	-	(288.607)	(199.170)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(2.275)	(1.916)	(9.553)	(11.186)	(24.123)	(211)	-	-	-	(49.264)	(20.955)
Financiamentos imobiliários	(22.006)	(264.421)	(152.398)	(382.566)	(66.892)	(6)	(3)	-	-	(888.292)	(57.516)
Financiamentos de infraestrutura	(1.933)	(3.930)	(6.929)	(308)	-	-	-	-	-	(13.100)	-
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	(1.682)	(5.825)	(8.088)	(12.505)	(13.204)	(2.945)	(915)	-	-	(45.164)	(17.287)
Cartão de crédito	(124)	(353)	(898)	(2.790)	(2.389)	(2.256)	-	-	-	(8.810)	(9.851)
Adiantamento de contratos de câmbio	(265)	(1.398)	(3.903)	(3.891)	(709)	(80)	-	-	-	(10.246)	(6.479)
Créditos adquiridos	-	-	-	(1.333)	-	-	-	-	-	(1.333)	-
Diversos	(1.293)	(4.074)	(3.287)	(4.491)	(10.106)	(609)	(915)	-	-	(24.775)	(957)
Total Provisão	(46.483)	(786.131)	(1.270.257)	(3.087.513)	(3.480.851)	(2.377.300)	(2.688.109)	(2.336.113)	(19.702.730)	(35.775.487)	(33.880.851)

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução n 2.682 de 21/12/1999, do CMN, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco
(c.1) Operações de crédito em Curso normal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2016	31/12/2015
Parcelas vincendas	376.176.941	91.291.264	83.979.939	62.504.704	19.360.093	2.680.253	2.518.104	1.078.856	7.090.937	646.681.091	619.065.105
01 a 30 dias	10.247.221	7.226.783	3.682.075	3.137.245	1.022.726	145.981	73.383	52.519	1.083.088	26.671.021	23.603.731
31 a 60 dias	4.359.422	3.915.297	2.546.150	1.813.504	597.776	110.530	56.316	40.387	269.677	13.709.059	13.514.034
61 a 90 dias	4.504.446	3.136.961	2.018.317	1.925.328	596.159	99.949	59.947	36.114	246.090	12.623.311	12.405.708
91 a 180 dias	15.328.020	8.521.188	6.740.789	5.235.909	1.570.145	276.776	156.624	99.879	659.308	38.588.638	36.959.435
181 a 360 dias	23.593.560	11.769.989	10.353.437	7.518.441	2.409.996	415.170	214.987	149.701	907.453	57.332.734	60.308.995
Acima de 360 dias	318.144.272	56.721.046	58.639.171	42.874.277	13.163.291	1.631.847	1.956.847	700.256	3.925.321	497.756.328	472.273.202
Parcelas vencidas	102.543	287.899	170.656	165.091	72.960	15.203	6.808	3.976	34.759	859.895	1.497.222
01 a 14 dias	57.005	260.145	103.236	104.803	50.369	11.180	4.588	2.853	24.188	618.367	1.233.339
15 a 30 dias	45.538	27.754	67.420	60.288	22.591	4.023	2.220	1.123	10.571	241.528	263.883
Total	376.279.484	91.579.163	84.150.595	62.669.795	19.433.053	2.695.456	2.524.912	1.082.832	7.125.696	647.540.986	620.562.327

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2016	31/12/2015
Parcelas vencidas	-	-	607.828	1.495.337	1.770.027	1.710.890	1.500.446	1.332.409	8.851.493	17.268.430	20.260.607
01 a 30 dias	-	-	466.695	264.784	160.968	51.207	30.991	20.493	105.726	1.100.864	1.074.802
31 a 60 dias	-	-	141.129	819.236	250.156	178.873	46.860	26.076	171.316	1.633.646	1.441.634
61 a 90 dias	-	-	1	238.638	891.576	266.091	119.240	78.710	442.021	2.036.277	2.856.063
91 a 180 dias	-	-	1	172.669	467.207	844.413	912.977	794.836	1.414.283	4.606.386	6.431.632
181 a 360 dias	-	-	2	10	120	370.306	390.378	412.294	5.657.236	6.830.346	7.614.252
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.060.911	1.060.911	842.224
Parcelas vincendas	-	-	11.851.852	15.289.006	8.549.379	2.792.571	1.348.904	922.066	3.725.541	44.479.319	38.663.653
01 a 30 dias	-	-	194.196	298.341	258.472	109.360	48.727	19.652	120.334	1.049.082	789.011
31 a 60 dias	-	-	179.024	271.594	145.632	84.980	45.891	19.453	100.576	847.150	708.886
61 a 90 dias	-	-	160.076	259.488	139.438	127.260	43.319	18.365	96.284	844.230	696.699
91 a 180 dias	-	-	479.028	728.028	398.855	230.451	84.197	52.246	279.347	2.252.152	1.979.434
181 a 360 dias	-	-	859.145	1.158.784	689.357	357.619	136.999	96.163	498.817	3.796.884	3.590.324
Acima de 360 dias	-	-	9.980.383	12.572.771	6.917.625	1.882.901	989.771	716.187	2.630.183	35.689.821	30.899.299
Total	-	-	12.459.680	16.784.343	10.319.406	4.503.461	2.849.350	2.254.475	12.577.034	61.747.749	58.924.260

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
SETOR PÚBLICO	59.737.687	53.154.586
Administração direta	34.138.953	28.015.215
Administração indireta – petroquímico	11.442.912	11.308.664
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	4.612.824	4.169.113
Administração indireta – outros	9.542.998	9.661.594
SETOR PRIVADO	649.551.048	626.332.001
PESSOA JURÍDICA	133.474.909	139.077.776
Comércio varejista	21.188.753	24.428.543
Construção civil	16.650.759	17.291.122
Siderurgia e metalurgia	9.607.243	9.630.222
Energia elétrica	16.043.669	12.167.623
Serviços financeiros	5.629.158	8.457.686
Outras indústrias	6.270.445	7.726.781
Transporte	10.172.335	10.192.010
Agronegócio e extrativismo	4.330.213	5.330.556
Comércio atacadista	7.289.830	7.105.384
Saúde	4.522.301	4.026.272
Saneamento e infraestrutura	6.653.075	5.684.020
Petroquímico	1.775.383	2.497.286
Têxtil	1.872.246	2.047.543
Comunicação	1.304.053	1.538.300
Alimentação	2.291.769	2.321.937
Serviços pessoais	297.038	346.073
Outros serviços	17.576.639	18.286.418
PESSOA FÍSICA	516.076.139	487.254.225
Total	709.288.735	679.486.587

(e) Receitas de operação de crédito

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	24.930.064	48.760.014	22.661.761	44.277.328
Financiamentos rurais e agroindustriais	229.445	457.400	231.007	395.772
Financiamentos imobiliários	19.546.168	37.970.862	18.293.023	34.176.442
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	3.653.163	6.991.120	4.648.777	7.740.781
Outros créditos	6.643	12.593	6.614	10.056
Total	48.365.483	94.191.989	45.841.182	86.600.379

(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A CAIXA realiza operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros como estratégia de negócio em suas operações.

A cessão de crédito está alinhada a estratégia operacional da instituição resultando no reconhecimento das receitas e despesas destas operações no resultado da intermediação financeira.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

(f.1) Carteiras cedidas

No decorrer do exercício de 2016 foram realizadas cessões onerosas de crédito sem coobrigação conforme quadro abaixo:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Créditos ativos	Créditos baixados prejuízo	Valor total da cessão	Resultado
RCB Planejamento Financeiro LTDA	1.033.898	238.500	1.272.397	65.797
Omni Financeira	980.277	425.838	1.406.115	72.710
Total	2.014.175	664.338	2.678.512	138.507

No decorrer do 2º semestre de 2016 foi firmado entre a CAIXA e a CIBRASEC – Companhia Brasileira de Securitização contrato de cessão de créditos imobiliários com coobrigação no valor R\$ 6.069.071.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Carteiras Cedidas				
Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas com vendas ou transferência de carteiras	561.781	2.956.743	1.482.162	3.237.459
Valor recuperado prejuízo (1)	-	34.372	124.907	366.765
Ativos S.A	-	-	56.123	85.132
Omni S/A	-	22.058	68.784	68.784
RCB Planejamento Financeiro LTDA	-	12.314	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	-	-	212.849
Reversão de provisão (1)	-	2.014.038	1.084.038	2.352.007
Ativos S.A	-	-	-	338.066
Omni S/A	-	980.140	1.084.038	1.084.038
RCB Planejamento Financeiro LTDA	-	1.033.898	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	-	-	929.903
Receitas vinculadas a cessões (2)	561.781	908.333	273.217	518.687
CIBRASEC, GAIA e RB Capital Securitizadora	561.781	908.333	273.217	518.687
Despesas com vendas ou transferências de carteiras	(571.624)	(2.835.434)	(1.298.111)	(2.815.517)
Despesas vinculadas a cessões (2)	(571.624)	(921.006)	(275.050)	(519.166)
CIBRASEC, GAIA e RB Capital Securitizadora	(571.624)	(921.006)	(275.050)	(519.166)
Prejuízos de obrigações p/ operações vinc. a cessão (1)	-	(1.914.428)	(1.023.061)	(2.296.351)
Ativos S.A	-	-	(4.486)	(345.257)
Omni S/A	-	(933.775)	(1.018.575)	(1.018.575)
RCB Planejamento Financeiro LTDA	-	(980.653)	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A	-	-	-	(932.519)
Despesas provisão carteiras cedidas (2)	(49.180)	(77.323)	(21.235)	(56.542)
CIBRASEC, GAIA e RB Capital Securitizadora	(49.180)	(77.323)	(21.235)	(56.542)
Resultado	(59.023)	43.986	162.816	365.400

(1) Cessão de créditos, sem coobrigação.

(2) Cessão de créditos, com coobrigação.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f.2) Carteiras adquiridas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Carteiras adquiridas				
Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Modalidade com coobrigação (1)	54.828	89.515	41.125	82.540
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	56.329	91.016	41.341	85.133
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(1.501)	(1.501)	(216)	(2.593)
Modalidade sem coobrigação (2)	2.077.820	3.884.281	1.611.348	2.822.761
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	2.077.839	3.884.316	1.611.136	2.823.051
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(19)	(35)	212	(290)
Resultado	2.132.648	3.973.796	1.652.473	2.905.301

(1) Carteiras adquiridas no período dos Bancos Cruzeiro do sul, BMG, Bonsucesso, BMB, Banco PAN e Daycoval.

(2) Carteiras adquiridas no período do Banco PAN.

(g) Concentração dos principais devedores

Descrição	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Principal devedor	11.442.912	1,61	11.308.664	1,66
10 maiores devedores	48.532.191	6,84	47.803.402	7,04
20 maiores devedores	68.613.692	9,67	66.334.889	9,76
50 maiores devedores	92.962.442	13,11	89.689.691	13,20
100 maiores devedores	108.755.508	15,33	104.434.440	15,37

(h) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações renegociadas	7.365.881	15.242.818	7.392.620	13.004.376
Operações comerciais	7.132.315	14.331.430	7.183.394	12.532.483
Operações habitacionais	233.566	911.388	209.226	471.893
Operações recuperadas	1.123.668	2.344.390	1.407.960	2.460.437
Operações comerciais	763.830	1.649.367	1.160.889	1.950.470
Operações habitacionais	359.838	695.023	247.071	509.967

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(36.768.715)	(33.880.851)	(29.413.979)	(26.806.599)
Constituição de provisão no período	(13.227.321)	(28.822.303)	(21.668.531)	(39.023.091)
Reversão de provisão no período	3.185.312	8.712.936	11.594.442	19.366.075
Transferência para prejuízo	11.035.237	18.214.731	5.607.217	12.582.764
Saldo final	(35.775.487)	(35.775.487)	(33.880.851)	(33.880.851)

Nota 9 – Outros créditos**(a) Composição**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Créditos por avais e fianças honrados	30.567	30.749
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	5.412.747	5.473.711
Rendas a receber	2.138.956	2.833.916
Dividendos e JCP a receber	235.103	217.944
Convênios setor privado	85.734	106.535
Convênios setor público	363.628	499.310
Administração de fundos de investimento	82.378	61.192
Administração de fundos e programas sociais	1.315.650	1.901.374
Outras rendas a receber	56.463	47.561
Negociação e intermediação de valores	15.800	48.313
Créditos específicos	937.833	836.716
Diversos (Nota 9 (b))	70.906.531	65.810.908
Provisão para outros créditos (1)	(484.566)	(403.971)
Total	78.957.868	74.630.342
Ativo circulante	36.524.340	42.856.045
Ativo não circulante	42.433.528	31.774.297

(1) Refere-se à provisão para as carteiras de cartão de crédito e de adiantamento de contratos de câmbio, que possuem característica de concessão de crédito (Nota 8 (b)).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos – diversos

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Créditos tributários (Nota 20 (d))	38.580.898	35.934.195
Devedores por depósitos em garantia (Nota 30 (c))	15.417.738	13.711.179
Adiantamentos e antecipações salariais	224.402	208.821
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	681.562	2.414.154
Impostos e contribuições a compensar	721.485	1.210.837
Cartão de crédito (1)	7.240.943	7.240.589
Prêmio em aquisição de carteiras	2.506.533	1.512.617
Seguros a receber	359.916	212.373
Créditos adquiridos	735.567	530.574
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	99.795	138.843
Valores a receber – royalties	578.362	277.384
Valores a receber – FND	500.466	451.485
Valores a receber - correspondentes bancários	109.212	107.097
Valores a receber - resgate de bônus	114.701	105.906
Valores a receber - convênios de arrecadação e pagamentos	5.988	8.372
Valores a receber - créditos administrados	26.182	25.243
Valores a receber - planos de saúde autogestão	148.098	13.805
Valores a receber – cessão de créditos	36.458	30.896
Valores a receber – avais e fianças honrados	199.578	181.918
Valores a apropriar (2)	2.978.657	2.294.688
Outros devedores	1.051.077	611.019
Desconto em outros ativos financeiros	(1.411.087)	(1.411.087)
Total	70.906.531	65.810.908
Ativo circulante	28.445.066	34.016.894
Ativo não circulante	42.461.465	31.794.014

(1) Inclui R\$ 6.948.154 (31/12/2015 - R\$ 7.028.676) de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.

(2) Ativos classificados em contas transitórias, principalmente, liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Carteira de câmbio

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ativo - outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira (1)	4.877.853	5.342.526
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional (2)	455.814	52.097
Rendas a receber de adiantamentos concedidos - ACC/ACE	85.150	80.092
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(6.070)	(1.004)
Ativo circulante	5.412.747	5.473.711
Passivo - outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	455.487	52.021
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	5.130.709	4.489.392
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio - ACC/ACE	(4.687.898)	(4.437.178)
Passivo circulante (Nota 18 (a))	898.298	104.235

(1) Valor de 31/12/2015 alterado em decorrência de reclassificações internas entre os respectivos itens.

(2) Valor de 31/12/2015 alterado em decorrência de reclassificações internas entre os respectivos itens.

(c.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas	503.255	706.355	21.392.670	34.797.888
Variações cambiais - disponibilidade em moeda estrangeira (1)	39.133	(189.256)	20.318.862	32.929.924
Variações cambiais – outras	362.674	713.842	988.141	1.733.574
Operações de câmbio	101.448	181.769	85.667	134.390
Despesas	(313.925)	(1.931.641)	(19.637.443)	(32.106.801)
Variações cambiais - disponibilidade em moeda estrangeira (1)	(3.354)	(1.620.310)	(19.636.716)	(32.092.730)
Variações cambiais – outras	(310.218)	(310.703)	(442)	(13.517)
Operações de câmbio	(353)	(628)	(285)	(554)
Resultado de câmbio	189.330	(1.225.286)	1.755.227	2.691.087

(1) Conforme determina a Carta Circular nº 3.731, de 13 de outubro de 2015, em 2016, as variações cambiais de operações ativas estão concentradas no item de receita e as variações cambiais de operações passivas estão concentradas no item de despesa.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por:

- Bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável;
- Despesas antecipadas que, em 31/12/2016, referiam-se essencialmente à antecipação de prêmio de performance das carteiras comerciais adquiridas do Banco PAN;
- Estoque de material de consumo.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bens não de uso próprio	5.254.320	2.654.566
Imóveis patrimoniais não de uso	992.886	403.467
Imóveis adjudicados/arrematados	4.261.434	2.251.099
Despesas antecipadas	70.467	21.267
Material de consumo	35.436	34.845
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(177.004)	(133.958)
Total	5.183.219	2.576.720

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(163.896)	(133.958)	(94.693)	(90.591)
Constituição	(81.365)	(142.771)	(57.433)	(69.927)
Baixas	68.257	99.725	18.168	26.560
Saldo final	(177.004)	(177.004)	(133.958)	(133.958)

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas**a) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:**

A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.546	112.732.358	49,00	40,35
Branes	2.200.010	-	2,00	2,00
FIP Veneza	38.775.176	-	-	75,00
Habitar	25	-	5,00	5,00
FIP Amsterdam	475	-	-	47,35
Capgemini	63.764.544	-	20,70	19,11
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	4.000	20	9,65	9,65
Crescer	40.783.190	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Securitária (1)	100.000	-	100,00	100,00
PAN Seguros	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.278.822	-	48,21	48,21

(1) A participação de 100% da CAIXA Seguridade na CAIXA Securitária é eliminada quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade que são utilizadas para a consolidação do Conglomerado CAIXA.

Descrição	Investimento		Resultado de Equivalência Patrimonial			
	31/12/2016	31/12/2015	2016		2015	
			2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
CAIXA Seguros Holding	3.046.972	2.635.360	411.727	801.830	402.956	822.958
Banco PAN	878.142	1.183.161	(201.169)	(305.187)	250.787	121.570
Capgemini	117.889	177.957	(43.173)	(77.960)	(36.585)	(62.137)
Elo Serviços	23.111	18.542	1.937	5.993	(124)	3.694
Cia. Bras. de Securitização - CIBRASEC	6.994	6.956	133	259	124	249
Crescer	-	-	(5.048)	(8.124)	(3.815)	(5.094)
Branes	1.874	1.841	22	34	6	-
Galgo Sistemas de Informações S.A	1.752	-	-	-	-	-
BIAPE	-	238	(104)	(244)	2	(448)
FGO – Fundo Garantia de Operações (1)	287.712	76.069	-	-	-	-
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	265.210	262.766	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	32.685	32.428	(568)	(1.073)	(725)	(7.319)
TECBAN	106.537	107.004	(218)	(467)	368	48.028
PAN Corretora (2)	33.130	29.381	1.022	3.749	2.771	4.912
PAN Seguros	363.179	353.709	3.759	24.795	16.578	16.578
Outros Investimentos (3) (4)	8.827	4.734	-	-	-	-
Total	5.174.014	4.890.146	168.320	443.605	632.343	942.991

(1) Valor do investimento líquido de provisão de (R\$ 208.136) em 31/12/2016; (R\$ 344.779) em 31/12/2015;

(2) Valor do investimento líquido de provisão de (R\$ 33) em 31/12/2016; (R\$ 33) em 31/12/2015;

(3) Valor do investimento líquido de provisão de (R\$ 43.266) em 31/12/2016; (R\$ 11.085) em 31/12/2015;

(4) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(b) Movimentação dos ágios na aquisição de investimentos em empresas controladas

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Saldo anterior	162.841	180.531	202.879	226.159
Amortizações	(17.490)	(35.180)	(22.348)	(45.628)
Saldo atual	145.351	145.351	180.531	180.531

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Imobilizado de uso

Com o índice de imobilização apurado de 14,45% (31/12/2015 – 14,34%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

(a) Composição

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	1.934.129	(951.218)	982.911	1.590.668	(518.560)	1.072.108
Edificações	1.872.597	(951.218)	921.379	1.529.447	(518.560)	1.010.887
Terrenos	61.532	-	61.532	61.221	-	61.221
Reavaliações de imóveis de uso	710.140	(211.910)	498.230	715.978	(192.466)	523.512
Edificações	519.239	(211.910)	307.329	524.127	(192.466)	331.661
Terrenos	190.901	-	190.901	191.851	-	191.851
Outras imobilizações de uso	7.582.217	(5.643.724)	1.938.493	7.295.520	(5.026.378)	2.269.142
Imobilizações em curso	3.417	-	3.417	23.881	-	23.881
Inst., móveis e equip. de uso	1.688.696	(937.172)	751.524	1.606.314	(849.561)	756.753
Sistema de comunicação	95.304	(79.839)	15.465	91.424	(77.158)	14.266
Sistema de proc.de dados	5.335.906	(4.280.182)	1.055.724	5.154.717	(3.799.290)	1.355.427
Sistema de transporte e segurança	458.894	(346.531)	112.363	419.184	(300.369)	118.815
Total	10.226.486	(6.806.852)	3.419.634	9.602.166	(5.737.404)	3.864.762

(b) Movimentação

Descrição	31/12/2015	Transfe- rências	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2016
Imóveis de uso	1.072.108	20.574	198.326	(389)	(307.708)	982.911
Edificações	1.010.887	20.476	197.897	(173)	(307.708)	921.379
Terrenos	61.221	98	429	(216)	-	61.532
Reavaliação de imóveis de uso	523.512	-	-	(3.864)	(21.418)	498.230
Edificações	331.661	-	-	(2.914)	(21.418)	307.329
Terrenos	191.851	-	-	(950)	-	190.901
Outras imobilizações de uso	2.269.142	(20.574)	326.904	(3.368)	(633.611)	1.938.493
Imobilizações em curso	23.881	(20.574)	110	-	-	3.417
Inst., móveis e equipam. de uso	756.753	(6.359)	90.899	(27)	(89.742)	751.524
Sistema de comunicação	14.266	2.950	962	(8)	(2.705)	15.465
Sistema de proc.de dados	1.355.427	3.326	195.290	(3.329)	(494.990)	1.055.724
Sist. de transp./segurança	118.815	83	39.643	(4)	(46.174)	112.363
Total	3.864.762	-	525.230	(7.621)	(962.737)	3.419.634

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível

(a) Composição

Descrição	31/12/2016				31/12/2015			
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	3.191.039	(1.162.601)	(1.109)	2.027.329	2.905.765	(992.807)	(6.804)	1.906.154
Outros ativos intangíveis	366.655	(73.130)	-	293.525	366.655	(57.614)	-	309.041
Projetos logiciais - Software	1.612.502	(448.497)	-	1.164.005	1.384.938	(352.593)	-	1.032.345
Total	5.170.196	(1.684.228)	(1.109)	3.484.859	4.657.358	(1.403.014)	(6.804)	3.247.540

(b) Movimentação

Descrição	31/12/2015	31/12/2016			Líquido
	Líquido	Movimentação			
		Adições	Baixas	Amortizações	
Aquisição de folha de pagamento	1.906.154	816.256	(48.760)	(646.321)	2.027.329
Outros ativos intangíveis	309.041	-	-	(15.516)	293.525
Projetos logiciais - Software	1.032.345	308.016	-	(176.356)	1.164.005
Total	3.247.540	1.124.272	(48.760)	(838.193)	3.484.859

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Depósitos à vista – sem remuneração	31.882.854	27.414.590
Pessoas físicas	15.149.797	12.800.437
Pessoas jurídicas	12.608.920	10.703.860
Vinculados	1.976.511	2.071.944
Governo	1.569.328	1.343.474
Moedas estrangeiras	-	54.540
Instituições do sistema financeiro	22.272	36.620
Entidades públicas	326.537	215.008
Contas encerradas	24.889	18.195
Outros	204.600	170.512
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	252.403.109	242.359.933
Pessoas físicas	248.301.920	237.999.158
Pessoas jurídicas	2.062.215	2.482.363
Vinculados	2.149	2.323
Contas encerradas	2.036.825	1.876.089
Depósitos interfinanceiros	608.279	2.426.627
Depósitos a prazo	210.689.327	168.918.281
Remuneração prefixada	97.181.904	80.156.145
Depósitos a prazo em moeda nacional	97.181.904	80.156.145
Remuneração pós-fixada	113.507.423	88.762.136
Depósitos a prazo em moeda nacional	39.344.026	26.730.337
Depósitos judiciais com remuneração	74.163.397	62.031.799
Depósitos especiais e de fundos e programas (Nota 14 (d))	16.606.897	14.540.011
Sem remuneração	141.746	271.022
Remuneração prefixada	624.067	557.968
Remuneração pós-fixada	15.841.084	13.711.021
Outros	45	-
Total	512.190.511	455.659.442
Passivo circulante	403.115.342	368.124.932
Passivo não circulante	109.075.169	87.534.510

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Depósitos à vista	31.882.854	-	-	-	31.882.854	27.414.590
Depósitos de poupança	252.403.109	-	-	-	252.403.109	242.359.933
Depósitos interfinanceiros	-	151.949	163.453	292.877	608.279	2.426.627
Depósitos a prazo	74.175.046	5.639.198	22.092.791	108.782.292	210.689.327	168.918.281
CDB	11.649	5.639.198	22.092.791	108.782.292	136.525.930	106.872.896
Depósitos judiciais	74.163.397	-	-	-	74.163.397	62.031.799
Outros	-	-	-	-	-	13.586
Depósitos especiais e de fundos e programas	16.606.897	-	-	-	16.606.897	14.540.011
Outros	45	-	-	-	45	-
Total	375.067.951	5.791.147	22.256.244	109.075.169	512.190.511	455.659.442

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos de poupança	(9.537.003)	(18.579.568)	(9.224.555)	(17.430.332)
Depósitos interfinanceiros	(46.570)	(128.834)	(139.143)	(271.511)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(8.816.761)	(16.216.880)	(7.090.586)	(12.455.367)
Depósitos judiciais	(2.388.087)	(4.506.568)	(2.044.744)	(3.685.038)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(1.017.080)	(1.912.890)	(878.018)	(1.525.007)
Outras captações	(381.635)	(750.697)	(356.167)	(695.448)
Total	(22.187.136)	(42.095.437)	(19.733.213)	(36.062.703)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	7.488.435	8.569.202
Depósitos - Especiais com remuneração	2.246.651	2.064.505
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.277.657	1.553.768
Depósitos – PRODEC	60.667	56.088
Programa de Integração Social – PIS	40.848	150.246
Fundo Garantia Safra – FGS	365.364	22.768
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	2.534.465	104.815
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	896.922	426.318
Depósitos – PREVHAB	793.951	701.267
Saúde CAIXA	141.746	271.022
Outros	760.191	620.012
Total	16.606.897	14.540.011

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	2016		2015	
		2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Depósitos - FGTS	Selic	(479.297)	(947.580)	(490.380)	(856.840)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(53.779)	(111.101)	(58.905)	(110.216)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(2.349)	(4.580)	(2.205)	(4.041)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(77.693)	(163.566)	(71.671)	(112.679)
Depósitos - FGS	Selic fator dia/ Extra mercado	(17.472)	(23.340)	(3.406)	(4.811)
Depósitos - FAR	Selic	(147.894)	(203.864)	(24.966)	(26.764)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(36.477)	(67.315)	(28.339)	(51.732)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(27.359)	(52.531)	(24.074)	(43.396)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(50.850)	(97.941)	(45.437)	(82.441)
Depósitos - Caução	TR	(9.523)	(17.099)	(8.222)	(13.298)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(33.243)	(63.551)	(30.337)	(53.604)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(23.485)	(46.376)	(32.608)	(60.790)
Outros		(57.659)	(114.046)	(57.468)	(104.395)
Total		(1.017.080)	(1.912.890)	(878.018)	(1.525.007)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT		31/12/2016			31/12/2015		
		Forma	Data	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas				214.871	988.036	1.202.907	159.585	1.319.488	1.479.073
Proger urbano				153.052	785.400	938.452	96.290	1.021.184	1.117.474
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	153.052	785.400	938.452	96.290	1.021.184	1.117.474
FAT infraestrutura				61.436	198.742	260.178	62.920	293.584	356.504
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	61.436	198.742	260.178	62.920	293.584	356.504
FAT – PNMPO				383	3.894	4.277	375	4.720	5.095
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	383	3.894	4.277	375	4.720	5.095
Linhas de crédito especiais				444	74.306	74.750	417	74.278	74.695
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	444	74.306	74.750	417	74.278	74.695
Total				215.315	1.062.342	1.277.657	160.002	1.393.766	1.553.768

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto
(a) Composição

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Carteira própria (1)	69.325.980	94.785.099
Letras financeiras do tesouro	10.267.869	42.991
Letras do tesouro nacional	18.925.512	64.294.891
Notas do tesouro nacional	34.291.865	22.689.765
Debêntures	5.070.596	7.285.266
Certificados de recebíveis imobiliários	770.138	472.186
Carteira de terceiros	86.046.055	99.476.122
Letras do tesouro nacional	15.319.851	30.798.362
Notas do tesouro nacional	70.726.204	68.677.760
Livre movimentação	4.055.962	-
Letras do tesouro nacional	4.055.962	-
Total	159.427.997	194.261.221
Passivo circulante	150.680.825	186.597.458
Passivo não circulante	8.747.172	7.663.763

(1) Valores calculados considerando o PU de lastro (PU de Garantia) do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(4.884.932)	(10.396.942)	(6.192.813)	(10.897.047)
Carteira de terceiros	(6.842.619)	(16.554.234)	(6.128.112)	(11.712.800)
Carteira de livre movimentação	(242.907)	(358.295)	(18.083)	(37.822)
Total	(11.970.458)	(27.309.471)	(12.339.008)	(22.647.669)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos
(a) Recursos de letras

Depósitos	Indexador	Vencimento				31/12/2016	31/12/2015
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Letra hipotecária	IGP-M	-	-	-	737.113	737.113	687.723
Letra hipotecária	INPC	-	-	-	16.107	16.107	15.029
Letra de crédito imobiliária	IGP-M	-	10.676	-	-	10.676	9.962
Letra de crédito imobiliária	CDI	21.203.530	8.339.173	11.400.200	59.887.231	100.830.134	111.221.734
Letra de crédito imobiliária	TR	-	-	-	61.643	61.643	-
Letra financeira	CDI	2.812.507	1.401.706	3.858.317	29.465.611	37.538.141	39.670.266
Letra financeira	IPCA	-	133.851	97.239	977.085	1.208.175	1.052.891
Letra de crédito do agronegócio	CDI	111.385	163.313	95.079	141.517	511.294	1.029.810
Total		24.127.422	10.048.719	15.450.835	91.286.307	140.913.283	153.687.415
Passivo circulante						49.626.975	91.498.789
Passivo não circulante						91.286.308	62.188.626

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Letras imobiliárias	(6.138.195)	(12.587.563)	(6.433.736)	(11.520.911)
Letras hipotecárias	(47.396)	(123.509)	(73.200)	(132.914)
Letras financeiras	(2.372.105)	(5.139.866)	(2.883.423)	(5.381.560)
Letras de crédito do agronegócio	(40.227)	(96.380)	(107.238)	(211.088)
Total	(8.597.923)	(17.947.318)	(9.497.597)	(17.246.473)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores, cujas características são apresentadas a seguir e 1 subordinada, apresenta na Nota 18 (d1).

Título	Moeda	Valor emitido (1)	Remuner. a.a.	Data Captação	Vencim.	31/12/2016	31/12/2015
1ª série	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	3.249.000	3.865.055
2ª série	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.548.581	1.812.940
3ª série	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	4.122.982	4.947.455
4ª série	US\$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	4.260.583	5.077.494
Total						13.181.146	15.702.944

(1) Valores em US\$.

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Despesa de TVM no exterior - sem subordinação	(559.864)	1.926.070	(3.398.731)	(5.572.970)
Despesa de TVM no exterior - com subordinação	(148.385)	179.570	(446.429)	(742.047)
Total	(708.249)	2.105.640	(3.845.160)	(6.315.017)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Repasses no país	238.966.421	207.682.167
FGTS	204.156.953	172.210.084
BNDES	31.349.361	32.377.811
Tesouro Nacional – PIS	928.282	678.164
Fundo Marinha Mercante	2.256.745	2.228.930
Outras instituições	275.080	187.178
Repasses no exterior	54.668	59.184
Empréstimos no exterior	5.425.078	14.337.557
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	3.798.282	4.726.401
Demais linhas de crédito	1.626.796	9.611.156
Total de obrigações por empréstimos e repasses	244.446.167	222.078.908
Passivo circulante	5.235.639	8.783.700
Passivo não circulante	239.210.528	213.295.208

(a) Repasses no país

Compostos por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Tais repasses estão sujeitos à atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), taxa média de juros de 5,15 % a.a. (habitação 5,03 % a.a., infraestrutura 5,89 % a.a. e saneamento 6,16 % a.a.) e prazo médio de retorno de 248 meses (habitação 261 meses, infraestrutura 231 meses e saneamento 164 meses).

(b) Repasses no exterior

O saldo de repasses no exterior, referente contrato firmado entre a CAIXA e o Banco Mundial – BIRD, para aplicação no Programa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo estão sujeitos à variação cambial do dólar americano (US\$), taxa de juros de 0,8% a.a., acrescido de LIBOR. O prazo de vencimento da operação varia entre 12 e 15 anos.

(c) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto substancialmente por linhas de crédito captadas no exterior, sujeitas a taxa de juros de até 3,34% ao ano, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2017. Os demais recursos tomados no exterior referem-se a empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 4,53% ao ano e à variação cambial do dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2017.

(d) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Repasses no país	(9.520.317)	(17.760.456)	(8.097.199)	(14.972.302)
FGTS	(8.154.522)	(15.276.517)	(6.810.791)	(12.365.417)
BNDES	(1.218.818)	(2.326.551)	(1.160.274)	(2.041.215)
Tesouro Nacional – PIS	(30.357)	(54.810)	(29.556)	(54.912)
Fundo Marinha Mercante	(68.192)	(10.412)	(54.343)	(435.237)
Outras instituições	(48.428)	(92.166)	(42.235)	(75.521)
Repastes no exterior	(1.726)	10.706	(25.655)	(25.655)
Empréstimos no exterior	(233.839)	1.570.373	(2.558.652)	(3.417.278)
Total	(9.755.882)	(16.179.377)	(10.681.506)	(18.415.235)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	352.815	353.726
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	898.298	104.235
Sociais e estatutárias	1.065.283	2.933.544
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.381.441	3.232.649
Negociação e intermediação de valores	17.968	3.073
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	12.771.534	12.222.859
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	980.762	1.799.266
Dívida Subordinada (Nota 18 (d))	11.098.029	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	17.443.376	24.118.921
Diversas (Nota 18 (e))	71.824.665	52.782.284
Total	118.834.171	97.550.557
Passivo circulante	59.561.446	53.595.291
Passivo não circulante	59.272.725	43.955.266

(1) Reclassificação da Dívida Subordinada com o FGTS que integra o Patrimônio de Referência, apresentada em 2015 no item Instrumentos de dívida elegíveis a capital

(b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Tributos sobre salários a recolher	476.261	438.803
Tributos sobre serviços a recolher	348.113	415.575
Tributos sobre lucros a recolher	239.049	184.376
Imposto de renda	22.743	14.413
Contribuição social	2.886	3.647
COFINS	184.044	146.571
PASEP	29.376	19.745
Tributos diferidos	1.167.080	2.026.544
Reavaliação – edificações	121.815	127.238
Ajustes ao valor mercado - títulos para negociação	782.275	-
Ajustes ao valor mercado - títulos disponíveis p/ venda	262.990	264.045
Contratos futuros	-	1.635.261
Tarifas a receber da União	-	-
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	150.938	167.351
Total	2.381.441	3.232.649
Passivo circulante	2.259.626	3.105.411
Passivo não circulante	121.815	127.238

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fundos e programas sociais	10.109.583	9.305.546
FGTS	4.508.345	4.777.286
Minha Casa Minha Vida	4.711.315	3.919.855
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	295.412	295.477
Programas de transferência de renda	419.494	195.751
Outros fundos e programas	175.017	117.177
Fundos financeiros e de desenvolvimento	1.783.353	1.509.771
PIS	1.222.949	1.258.833
FAT	558.934	249.494
FINSOCIAL	1.470	1.444
Operações com loterias	878.598	1.407.542
Total	12.771.534	12.222.859

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital**(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II**

A CAIXA possui 19 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 06 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência – PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – IDS

A CAIXA possui 06 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/13, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012, 2014 e 2015.

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

A CAIXA possui 12 Letras Financeiras Subordinadas captadas no mercado local, no valor de face total de R\$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou com sucesso US\$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 23/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de “absorção de perdas” com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco. Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: www.caixa.gov.br, menu “Sobre a Caixa”.

Vencim.	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Impacto Hedge Contábil Risco de Mercado	Saldo devedor 31/12/2016	Saldo devedor 31/12/2015
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS								
fev/20	6,30%	out/05	3.439.717	2.645.888	(3.280.376)	-	2.805.229	3.611.408
abr/26	6,00%	ago/11	3.000.000	1.342.775	-	-	4.342.775	3.995.860
jul/32	5,08%	jun/12	3.000.000	950.025	-	-	3.950.025	3.668.116
dez/33	5,15%	out/14	3.000.000	497.310	-	-	3.497.310	3.246.532
fev/38	4,80%	dez/14	4.000.000	579.214	-	-	4.579.214	4.271.464
dez/40	4,75%	set/15	3.000.000	271.725	-	-	3.271.725	3.056.866
mai/44	4,75%	set/16	4.000.000	82.991	-	-	4.082.991	-
Letra Financeira elegível – Nível II								
jun/20	110%CDI	jun/14	10.000	4.168	-	-	14.168	12.265
jul/19	110%CDI	jul/14	17.400	7.032	-	-	24.432	21.153
dez/21	110%CDI	dez/14	1.500	503	-	-	2.003	1.735
jun/24	100%IPCA	jun/14	200.000	88.439	-	(1.216)	287.223	251.919
fev/25	100% IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	371	-	38	1.609	1.379
fev/25	100% IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	366	-	22	1.588	1.374
fev/25	100% IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	750	-	(4)	3.146	2.762
mar/25	100% IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	361	-	(11)	1.550	1.369
TVM no exterior elegível – Nível II								
jul/24	7,25%	jul/14	1.106.450	554.725	-	15.242	1.676.417	1.974.719
Total			24.781.067	7.026.643	(3.280.376)	14.071	28.541.405	24.118.921

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A Resolução do Conselho Monetário Nacional CMN nº 4.192/2013 determina, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal.

Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Os juros remuneratórios a pagar e a atualização monetária não incorporada compõem os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos híbridos de capital e dívida, perfazendo um montante de R\$ 980.762 em 31/12/2016 (31/12/2015 – R\$ 1.799.266).

(e) Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	22.816.082	15.744.858
Saúde CAIXA	13.541.692	12.068.398
Auxílio e cesta alimentação	1.331.503	1.097.455
Planos de benefícios - Previdência privada	7.942.887	2.579.005
Provisões para pagamentos a efetuar	4.755.950	4.429.195
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	14.348.666	14.155.097
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30)	4.267.274	3.860.506
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30)	3.298.765	3.030.517
Financiamentos imobiliários a liberar	5.287.471	3.777.476
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	190.153	1.306
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	13.935.592	5.392.832
Obrigações por convênios	856.953	710.351
Obrigações por contribuições ao SFH	29.397	28.211
Recursos do FGTS para amortizações	959.467	682.954
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.078.523	965.690
Credores diversos exterior	372	3.291
Total	71.824.665	52.782.284

(1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

(2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Credores diversos – País

Descrição	31/12/2016	31/12/2015 (Nota 3 (t))
Cartões de crédito	7.081.176	7.126.843
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	59.179	40.909
Fornecedores	1.114.535	952.810
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	490.437	477.028
Crédito comercial – repasses	70.062	187.549
Crédito imobiliário – repasses	1.167.649	863.872
Obrigações com a União – repasses	50.484	45.777
Contas a pagar	296.308	141.894
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	63.439	59.673
Valores a restituir – penhor	81.648	91.445
Valores a apropriar (2)	3.562.379	3.953.131
Outros credores diversos	311.370	214.166
Total	14.348.666	14.155.097

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

(2) Passivos classificados em contas transitórias, principalmente, arrecadações de empréstimos comerciais e financiamentos habitacionais.

Nota 19 – Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28/03/2013, aprovou o Estatuto da CAIXA. O artigo 7º deste Decreto foi alterado pelo Decreto nº 8.830, de 04/08/2016, que institui o Capital Social da CAIXA, exclusivamente integralizado pela União Federal, no montante de R\$ 24.837.171, mediante a incorporação do saldo da Reserva Estatutária de Loterias acumulado até 31/12/2015 no valor de R\$ 2.782.369.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados e instrumentos híbridos de capital e dívida, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.

Dessa forma, nas demonstrações contábeis individuais, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o Capital Principal são registrados no passivo e seus encargos financeiros reconhecidos como despesas operacionais, enquanto nas demonstrações contábeis consolidadas são reclassificados para o patrimônio líquido, com base no entendimento e nas orientações do Banco Central do Brasil, com o objetivo de melhorar a qualidade dessas demonstrações contábeis consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assim, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos.

Discriminação	31/12/2016	31/12/2015
Contrato 348/2007	7.593.569	7.411.895
Contrato 504/2009	7.749.478	7.564.073
Contrato 752/2012	6.800.000	6.800.000
Contrato 754/2012	6.310.598	6.310.598
Contratos 868 e 869/2013	8.000.000	8.000.000
Total	36.453.645	36.086.566

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à atualização monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

Em abril de 2016 houve pagamento dos juros dos IHCD e incorporação da atualização monetária referentes ao exercício de 2015.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 13,54% (Nota 33), acima do mínimo regulamentar exigido no Brasil.

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Reservas de reavaliação	379.098	400.384
Reservas de lucros	9.074.710	9.269.290
Reserva legal	2.802.527	2.617.409
Reserva estatutária – loterias	511.185	2.782.368
Reservas margem operacional	5.760.998	3.869.513

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em 2015, a CAIXA formalizou seus princípios e diretrizes para distribuição de resultado e aprovou a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, que apresenta limites prudenciais de capital para o Capital Principal, Nível I e Basileia de 1,5% acima do mínimo regulatório estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

De acordo com a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado, a distribuição de resultado do exercício é de 50% (cinquenta por cento) do Lucro Líquido Ajustado (LLA). Pode, excepcionalmente, a) ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do LLA, desde que sejam respeitados os limites prudenciais e suas respectivas projeções para os próximos 24 meses; ou b) ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do LLA, observada a distribuição mínima legal de 25%, quando a projeção para os próximos 12 meses indicar desenquadramento dos limites prudenciais estabelecidos.

Assim, são assegurados dividendos sobre o LLA de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R\$ 681.562 (31/12/2015 – R\$ 1.757.678) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 306.703 no exercício de 2016 (R\$ 703.072 no exercício de 2015).

Em 2016, foi repassado à União os montantes de R\$ 57.097 a título de dividendos complementares do exercício de 2015 (R\$ 1.800 correspondente à atualização monetária) e de R\$ 681.562 a título de JCP antecipados do exercício 2016.

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)**(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL**

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Tributos Correntes	(614.319)	(740.053)	478.147	(206.851)
Tributos Diferidos	(11.640)	2.289.500	4.719.511	8.151.085
Passivo Fiscal Diferido	(492.482)	769.585	(1.010.591)	(915.804)
Ativo Fiscal Diferido	480.842	1.519.915	5.730.102	9.066.889
Diferenças Temporárias - constituição / realização	713.051	1.782.454	5.497.048	9.124.507
Prejuízo Fiscal / Base Negativa (1)	(138.326)	(155.202)	145.468	(33.298)
CSLL - MP 2.158-35/01	(93.883)	(107.337)	87.586	(24.320)
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(625.959)	1.549.447	5.197.658	7.944.234

(1) O saldo de Base Negativa de CSLL foi realizado, na sua totalidade, em 2014.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	3.100.988	3.761.941	(711.777)	439.495
Encargo IRPJ e CSLL	(1.395.431)	(1.692.849)	279.008	(186.115)
Efeitos tributários adições e exclusões	356.682	(197.604)	(92.148)	(1.193.844)
Juros sobre o capital próprio	-	528.188	376.613	703.072
Participação em coligadas e controladas	99.334	240.014	(5.965)	142.237
Outros	325.096	382.198	(79.361)	327.799
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(614.319)	(740.053)	478.147	(206.851)

(c) Passivo fiscal diferido

Obrigações Fiscais Diferidas - IRPJ/CSLL			
Descrição	31/12/2016	31/12/2015	
Despesa diferida/marcação a mercado	908.121	1.678.516	
Outros	121.815	127.238	
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	1.029.936	1.805.754	

Obrigações Fiscais Diferidas - PASEP/COFINS			
Descrição	31/12/2016	31/12/2015	
Despesa diferida/marcação a mercado	137.146	220.791	
Outros	1.011	-	
PASEP e COFINS do Período	138.157	220.791	

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Ativo fiscal diferido

Composição dos Créditos Tributários - IRPJ/CSLL				
Descrição	31/12/2015 (Nota (3t))	Constituição	Reversão	31/12/2016
Diferenças temporárias:	30.137.155	18.721.594	(16.939.139)	31.919.610
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.891.975	12.480.677	(9.871.301)	21.501.351
Passivos atuariais	3.816.803	218.755	(593.948)	3.441.610
Provisões trabalhistas	1.737.227	193.203	(81.278)	1.849.152
Provisões cíveis	1.379.550	89.055	(99.956)	1.368.649
Provisões fiscais	57.077	16.305	(23.750)	49.632
Ajuste a valor de mercado de tít. para negociação	1.634.479	553.020	(1.629.251)	558.248
Provisão para desvalorização bens não de uso	34.106	110.677	(91.306)	53.477
Outros	2.585.938	5.059.902	(4.548.349)	3.097.491
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	1.645.294	-	(262.538)	1.382.756
Prejuízo fiscal a realizar	1.531.161	-	(148.405)	1.382.756
Base Negativa	6.796	-	(6.796)	-
CSLL - MP 2.158-35/01	107.337	-	(107.337)	-
Total dos créditos com impacto no resultado	31.782.449	18.721.594	(17.201.677)	33.302.366
Ajuste a valor de mercado - títulos disp. p/ venda	1.465.081	-	(780.783)	684.298
Perdas atuariais CPC 33	2.352.880	2.107.262	-	4.460.142
Total dos créditos com impacto no PL	3.817.961	2.107.262	(780.783)	5.144.440
Total dos créditos tributários	35.600.410	20.828.856	(17.982.460)	38.446.806
Total dos créditos não constituídos	1.011.134	981.008	-	1.992.142

Composição dos Créditos Tributários - PASEP/COFINS				
Descrição	31/12/2015	Constituição	Reversão	31/12/2016
Total dos créditos com impacto no resultado	175.011	-	(115.078)	59.933
Ajuste a mercado	175.011	-	(115.078)	59.933
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	-	-	-
Total dos créditos com impacto no PL	158.774	-	(84.615)	74.159
Ajuste a valor de mercado - tít. disp. para venda	158.774	-	(84.615)	74.159
Total	333.785	-	(199.693)	134.092

(e) Expectativa de realização

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 12/2016, estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL			
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal / CSLL 18%	Diferença Temporal	TOTAL
2017	464.854	12.285.656	12.750.510
2018	617.218	10.443.182	11.060.400
2019	300.684	5.030.769	5.331.453
2020	-	670.752	670.752
2021	-	690.901	690.901
2022	-	650.643	650.643
2023 a 2026	-	7.426.239	7.426.239
Total	1.382.756	37.198.142	38.580.898
Valor Presente	1.367.995	31.711.805	33.079.800

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Resultado de operação de crédito	48.365.483	94.191.989	45.841.182	86.600.379
Operações compromissadas	10.297.483	23.370.728	9.177.409	16.961.293
Ativos financeiros mantidos para negociação	7.644.659	17.606.509	2.751.670	7.562.206
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.018.760	1.780.558	1.316.160	2.094.147
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.635.947	6.410.072	3.619.912	7.241.492
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(1.129.903)	(8.892.854)	6.855.422	8.874.051
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	5.888.969	11.233.580	5.083.022	9.192.461
Créditos vinculados ao SFH	1.211.223	2.392.920	1.211.383	2.242.656
Resultado de operações de câmbio	189.330	-	1.755.227	2.691.087
Outras	849.875	1.603.718	590.496	1.012.013
Total	76.971.826	149.697.220	78.201.883	144.471.785

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Operações com clientes	(29.721.409)	(58.001.031)	(28.213.650)	(51.512.659)
Operações com instituições financeiras	(46.570)	(128.834)	(139.143)	(271.511)
Operações compromissadas	(11.970.458)	(27.309.471)	(12.339.007)	(22.647.668)
TVM no exterior	(708.249)	2.105.640	(3.845.160)	(6.315.017)
Empréstimos, cessões e repasses	(9.755.882)	(16.179.377)	(10.681.506)	(18.415.235)
Resultado de operações de câmbio	-	(1.225.286)	-	-
Depósitos especiais e fundos e programas	(1.017.080)	(1.912.890)	(878.018)	(1.525.007)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(10.042.009)	(20.109.367)	(10.074.089)	(19.657.016)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(571.624)	(2.835.434)	(1.298.111)	(2.815.517)
Total	(63.833.281)	(125.596.050)	(67.468.684)	(123.159.630)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias
a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	3.685.048	7.108.264	3.552.413	6.746.387
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	2.467.467	4.852.492	2.252.323	4.395.989
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	72.823	144.801	72.990	136.939
Programa de Integração Social (PIS)	104.664	170.131	95.942	118.352
Loterias Federais	667.767	1.241.334	848.820	1.443.206
Financiamento Estudantil - (FIES)	258.151	500.635	211.333	420.125
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	38.514	69.739	25.754	59.353
Repasse Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	51.950	79.696	22.068	118.149
Seguro-desemprego	22.828	46.650	23.037	52.699
Outros	884	2.786	146	1.575
Rendas de cartões	675.761	1.464.580	771.879	1.534.619
Operações de crédito e garantias prestadas	1.048.039	1.992.315	1.001.883	1.982.477
Cobrança	496.266	913.814	349.971	684.586
Arrecadações	1.388.633	2.716.176	1.231.986	2.416.853
Fundos de investimentos e carteiras administradas	779.073	1.549.958	750.221	1.453.056
Conta corrente	193.180	403.875	202.196	330.616
Programa de Transferência de Renda	217.867	422.531	179.595	349.640
Prestados a ligadas - Fundos de Investimentos	20.529	39.779	18.895	36.879
Prestados a ligadas	290.802	495.999	254.459	545.595
Outros serviços	186.807	374.303	256.547	437.928
Total	8.982.005	17.481.594	8.570.045	16.518.636

b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Rendas de cartões	331.355	638.784	271.969	578.374
Operações de crédito e cadastro	576.039	1.134.037	562.664	1.066.436
Pacote de serviços	1.150.874	2.181.256	981.637	1.833.679
Contas de depósito	324.950	608.611	253.524	463.088
Transferência de recursos	125.350	242.595	108.885	206.486
Outras	102.480	176.544	37.575	48.246
Total	2.611.048	4.981.827	2.216.254	4.196.309

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Salários	(6.349.103)	(12.228.971)	(5.800.707)	(11.398.036)
Indenizações trabalhistas	(766.556)	(1.388.972)	(705.093)	(1.210.189)
Benefícios	(1.322.481)	(2.427.699)	(1.182.629)	(2.377.275)
Encargos sociais:	(2.472.893)	(4.852.138)	(2.358.083)	(4.605.569)
FGTS	(478.671)	(927.091)	(438.870)	(858.112)
Previdência social	(1.440.635)	(2.789.681)	(1.350.223)	(2.647.483)
Previdência complementar	(400.704)	(854.971)	(422.649)	(827.555)
Outros encargos	(152.883)	(280.395)	(146.341)	(272.419)
Outros	(76.346)	(150.198)	(85.882)	(165.966)
Total	(10.987.379)	(21.047.978)	(10.132.394)	(19.757.035)

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comunicações	(273.744)	(568.914)	(275.115)	(589.812)
Manutenção e conservação de bens	(491.726)	(932.866)	(462.066)	(901.807)
Água e energia	(215.537)	(486.341)	(223.726)	(447.210)
Aluguéis e arrendamento de bens	(774.096)	(1.533.196)	(725.256)	(1.458.044)
Despesas de material	(70.691)	(138.881)	(74.122)	(178.180)
Processamento de dados	(843.262)	(1.644.276)	(738.246)	(1.435.875)
Promoções e relações públicas	(189.901)	(366.957)	(189.894)	(372.280)
Propaganda e publicidade	(245.925)	(409.644)	(238.104)	(379.490)
Serviços do sistema financeiro	(281.132)	(553.620)	(268.089)	(516.953)
Serviços de terceiros	(931.678)	(1.802.737)	(868.197)	(1.700.434)
Serviços especializados	(285.370)	(550.713)	(321.980)	(654.298)
Serviços de vigilância e segurança	(444.342)	(850.387)	(410.426)	(800.955)
Amortização	(421.667)	(838.194)	(383.033)	(716.686)
Depreciação	(496.284)	(962.738)	(464.466)	(933.564)
Outras administrativas	(369.612)	(560.074)	(255.824)	(443.415)
Total	(6.334.967)	(12.199.538)	(5.898.544)	(11.529.003)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Comissões e taxas s/ operações	191.240	356.944	153.162	346.027
Comissões e taxas s/ operações - agente financ. FGTS	1.645.594	3.299.376	1.977.978	3.846.070
Recuperação de despesas	826.624	1.574.077	679.919	1.346.949
Reversão de outras provisões operacionais	620.865	1.133.788	227.399	1.162.070
Atualização de depósitos em garantia	483.847	961.805	473.712	881.010
Rendas de créditos específicos	54.663	104.846	48.657	88.390
Receita de deságio na aquisição de royalties	43.619	76.647	10.146	13.191
Recuperação de despesas - PASEP/COFINS (1)	-	58	7.460	116.597
Atualização monetária sobre operações diversas	172.540	295.857	115.785	468.262
Outras receitas operacionais	367.854	663.643	446.595	818.028
Total	4.406.846	8.467.041	4.140.813	9.086.594

(1) Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014.

Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
FCVS a receber - provisão/perdas	(404.520)	(670.360)	(287.814)	(395.307)
Obrigações com fundos e programas	(499.555)	(1.055.621)	(432.396)	(979.851)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(79.093)	(515.826)	(182.919)	(305.629)
Despesas com cartão	(565.886)	(1.057.910)	(478.625)	(1.147.789)
Despesas com loterias	(115.690)	(226.359)	(100.223)	(213.122)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.193.152)	(2.232.430)	(1.053.894)	(2.201.820)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(228.118)	(467.559)	(239.272)	(492.321)
Serviços automatizados	(240.287)	(447.376)	(184.512)	(344.814)
Alavancagem de negócios	(491.314)	(831.873)	(365.872)	(613.179)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(234.326)	(472.845)	(279.994)	(609.205)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(247.957)	(459.460)	(215.191)	(397.724)
Descontos de operações de crédito	(179.191)	(302.050)	(191.647)	(651.729)
Disp. c/ operações de fomento – atualização monetária	(5.394)	(10.996)	(80.515)	(305.673)
Disp. Provisões operacionais	(235.907)	(659.211)	(1.062.796)	(1.600.582)
Provisão para causas judiciais	(456.204)	(1.235.609)	(1.006.639)	(1.843.712)
Condenações judiciais	(60.531)	(120.376)	(67.634)	(99.162)
Benefícios sociais	(118.514)	(221.409)	(110.241)	(177.225)
Benefício pós-emprego	(1.175.930)	(2.266.951)	(961.582)	(1.700.218)
Ajustes operacionais em operações de crédito	(129.226)	(617.260)	(1.032.438)	(1.034.033)
Outras	(180.936)	(595.045)	(479.966)	(1.097.253)
Total	(6.841.731)	(14.466.526)	(8.814.170)	(16.210.348)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Receitas não operacionais	199.192	489.614	109.250	232.196
Lucro na alienação de valores e bens	38.318	83.429	39.649	76.008
Alienação de bens imóveis	34.807	63.486	13.315	26.905
Sobras de caixa não reclamadas	27.414	54.827	25.109	51.151
Multas e penalidades	14.420	30.537	10.666	21.718
Ganhos de capital c/ ajuste de valores pendentes	4.890	5.851	1.185	24.181
Recuperação de perdas com fraudes	4.900	11.720	4.146	11.758
Reversão de perda em investimentos permanentes (1)	67.246	226.971	3	13
Outras rendas não operacionais	7.197	12.793	15.177	20.462
Despesas não operacionais	(357.815)	(762.385)	(502.565)	(878.215)
Desvalorização de outros valores e bens	(41.218)	(93.309)	(47.680)	(61.043)
Indenizações por perdas e danos	(142.742)	(286.705)	(156.183)	(267.348)
Perdas em imóveis	(23.062)	(52.897)	(22.716)	(52.541)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(43.286)	(102.717)	(74.263)	(182.322)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(75.279)	(84.167)	(11.594)	(27.008)
Perdas em cartões de crédito	-	(4.398)	(2.374)	(54.142)
Perdas em investimentos permanentes (1)	(11.675)	(90.330)	(135.900)	(165.888)
Outras despesas não operacionais	(20.553)	(47.862)	(51.855)	(67.923)
Total	(158.623)	(272.771)	(393.315)	(646.019)

(1) Constituição e reversão de perdas de investimentos avaliados pelo custo

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	2016		2015 (Nota 3 (t))	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Contribuição COFINS	(1.279.581)	(2.520.644)	(1.219.085)	(2.353.909)
PIS/PASEP	(208.934)	(415.656)	(195.786)	(380.551)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(337.884)	(645.538)	(304.602)	(616.274)
Despesas com IPTU	(8.157)	(73.338)	(10.604)	(67.190)
Outras	(48.520)	(71.307)	(35.931)	(56.861)
Total	(1.883.076)	(3.726.483)	(1.766.008)	(3.474.785)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Ativos contingentes

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

Não verificamos nas provisões judiciais da CAIXA, expedientes classificados como de perdas possíveis ou prováveis, em que se espera que parte ou todo o desembolso necessário para liquidar a provisão seja reembolsado por outra parte.

(a) Risco Provável:

Descrição	31/12/2015	Movimentação em 2016					31/12/2016
		Novas provisões	Atualização monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	
Fiscais (Nota 18 (b))	167.351	29.319	5.897	5.721	(23.464)	(33.886)	150.938
INSS	25.771	26	471	1	(95)	(12.561)	13.613
IPTU	30.153	1.602	1.638	317	-	(8.340)	25.370
ISSQN	97.665	17.898	3.152	4.440	(23.071)	(5.871)	94.213
Outros	13.762	9.793	636	963	(298)	(7.114)	17.742
Demandas Cíveis (Nota 18 (e))	3.030.517	496.564	73.679	351.131	(121.679)	(531.447)	3.298.765
Feitos Diversos	762.321	293.369	20.547	42.495	(16.940)	(345.196)	756.596
Poupança - Planos Econômicos	1.276.722	29.137	4.093	290.474	(17.027)	(138.163)	1.445.236
Habitacional	105.272	141.564	3.984	17.653	-	(42.886)	225.587
Contingenciamento do FGTS	886.202	32.494	45.055	509	(87.712)	(5.202)	871.346
Demandas Trabalhistas (Nota 18 (e))	3.860.506	592.444	105.813	1.048.451	(351.122)	(988.818)	4.267.274
Total	7.058.374	1.118.327	185.389	1.405.303	(496.265)	(1.554.151)	7.716.977

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, repositados para 31/12/2016, correspondem ao total de R\$ 1.546.733 (31/12/2015 – R\$ 1.496.712), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, considerados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 13.613 (31/12/2015 – R\$ 25.771).

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.

Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo, cujo valor total, em 31/12/2016, corresponde ao montante de R\$ 657.331 (31/12/2015 – R\$ 506.743).

Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, na posição de 31/12/2016, o valor da provisão constituída é de R\$ 94.213 (31/12/2015 – R\$ 97.665).

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo a materialidade de débitos decorrentes de lançamentos de ofício por insuficiência de recolhimentos correspondentes a compensações não homologadas que, em 31/12/2016, totalizam R\$ 2.735 (31/12/2015 – R\$ 7.795), em referência a questões procedimentais, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.

Em 31/12/2016, constavam 59.105 processos trabalhistas provisionados, sendo 55.606 “não relevantes” e 3.499 “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31/12/2016, constavam 332.381 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 330.331 “não relevantes” e 2.050 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.

A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31/12/2016, foi provisionado R\$ 1.445.236 para estes processos (31/12/2015 – R\$ 1.276.722).

Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo o contingenciamento de repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado, em 31/12/2016, para estes processos foi de R\$ 871.346 (31/12/2015 – R\$ 886.202).

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Em 2016, até 31/12, a CAIXA realizou 35.072 acordos processuais (61% referentes a ações indenizatórias e 39% referentes a recuperações de Crédito) reduzindo o montante que seria despendido caso persistisse a condenação judicial e oportunizando ao cliente uma solução rápida para o problema. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realizando o cumprimento espontâneo de decisões judiciais e analisando perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Demandas fiscais	5.890.434	5.631.847
Demandas cíveis	1.996.985	1.454.784
Total	7.887.419	7.086.631

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam, em 31/12/2016, o valor de R\$ 5.890.434 (31/12/2015 - R\$ 5.631.847), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) Em 31/12/2016, o montante de R\$ 89.730 (31/12/2015 – R\$ 82.772), refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;

b) Em 31/12/2016, a autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.771.962 (31/12/2015 – R\$ 4.621.164), refere-se a insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Em 31/12/2016, a autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 215.203 (31/12/2015 – R\$ 206.921), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999 é decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

d) Em 31/12/2016, a autuação da CSLL de R\$ 165.782 (31/12/2015 – R\$ 155.923) é relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

e) Em 31/12/2016, a autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), de R\$ 248.609 (31/12/2015 – R\$ 233.211), refere-se à discussão sobre a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.

Em, 31/12/2016, o montante de R\$ 1.996.985 (31/12/2015 - R\$ 1.454.784) merece destaque como probabilidade de perda possível, uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH e uma Ação Civil Pública (ACP) de Planos Econômicos de Poupança movida pela associação PROJUST na qual a CAIXA moveu ação rescisória questionando a legitimidade da associação. As execuções vinculadas a esta ACP encontram-se suspensas por decisão do STJ.

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Demandas fiscais	10.999.076	9.997.452
Demandas cíveis	975.694	917.780
Demandas trabalhistas	3.442.968	2.795.947
Total	15.417.738	13.711.179

Nota 31 – Partes relacionadas**(a) Entidade Controladora**

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
Secretaria do Tesouro Nacional – STN	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR (1)	Controlada Direta
CAIXA Seguridade (1)	
CAIXA Instantânea (1)	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
CAIXA Seguros Holding S.A. (2)	
Banco PAN S.A.	
Capgemini S.A.	
ELO Serviços S.A.	
Tecnologia Bancária S.A. - TECBAN	
Cia Brasileira de Securitização - CIBRASEC	Coligada Indireta
Fundação dos Economizários Federais - FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

(1) As transações realizadas com estas entidades são eliminadas quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA, visto que são integrantes do consolidado.

(2) Entidade constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros que apresenta a seguinte composição: CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A.

(c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

O Código de Conduta dos Empregados e Dirigentes da CAIXA veda aos seus empregados e dirigentes estabelecer relações comerciais ou profissionais, diretamente ou por terceiros, com seus controladores e empresas do mesmo grupo econômico.

A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.

A CAIXA mantém com a Capgemini contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio. Com a TECBAN, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços voltados para a utilização de caixas eletrônicos. Em dezembro/2016, o montante dos numerários da CAIXA em poder da TecBan era de R\$ 2.237.473. A ELO presta à CAIXA serviços relacionados a soluções e meios de pagamento. A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

No curso de suas operações, a CAIXA gera valores a receber de seu Controlador, que, em 31 de dezembro de 2016, totalizavam aproximadamente R\$ 2 bilhões. Parte representativa desse montante é constituído por saldos relativos a operações antigas, para os quais a Administração da CAIXA concluiu as tratativas e fechou entendimento com a Secretaria do Tesouro Nacional, cujo processo para o recebimento encontra-se em fase de validação e para os quais existe previsão orçamentária da União para quitação.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, considerando a natureza do relacionamento com essas entidades. O grupo "Outras entidades" é composto pela FUNCEF e pela CIBRASEC:

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
ATIVO:	1.976.502	32.566.753	2.386.583	2.697.966	26.703.295	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	11.229.180	-	-	9.691.758	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	2.386.583	-	-	-
Rendas a receber	1.017.098	18.565	-	1.830.660	25.299	-
Operações de crédito - Setor Público	13.980	-	-	26.732	-	-
Operações de crédito - Setor Privado	-	18.746.764	-	-	15.473.621	-
Outros créditos (1)	945.424	2.506.533	-	840.574	1.512.617	-
Outros valores e bens	-	65.711	-	-	-	-
PASSIVO:	37.024.943	1.360.099	9.040.659	37.204.591	1.158.220	1.630
Depósitos	347.121	24.699	703	244.556	718	1.630
Captações no mercado aberto	-	-	-	-	-	-
Repasse do país - instituições oficiais	34.536.310	-	-	35.286.937	-	-
Obrigações por fundos e programas sociais	305.014	-	-	118.650	-	-
Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	1.783.353	-	-	1.509.771	-	-
Obrigações diversas	53.145	1.335.400	9.039.956	44.677	1.157.502	-

(1) Valor do grupo Controladas em conjunto não apresentado em 31/12/2015.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir apresenta os saldos que compõem o resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades. O grupo "Outras entidades" é composto pela FUNCEF e pela CIBRASEC:

Descrição	2º semestre - 2016			Exercício - 2016			2º semestre - 2015			Exercício - 2015		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
RECEITAS:	106.902	1.280.952	56.328	185.153	2.387.653	94.936	71.089	793.807	-	207.336	1.465.294	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	786.256	-	-	1.507.318	-	-	539.893	-	-	920.796	-
Rendas prestação serviços	52.239	290.314	-	80.307	494.992	-	22.432	253.914	-	118.946	544.498	-
Outras receitas operacionais	54.663	204.382	56.328	104.846	385.343	94.936	48.657	-	-	88.390	-	-
DESPESAS:	(2.556)	(720.627)	(576.487)	(4.906)	(1.488.914)	(1.144.648)	(2.393)	(818.572)	(456.159)	(4.423)	(1.011.661)	(876.501)
Operações de captação no mercado	-	369	-	-	(823)	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal	-	-	(400.704)	-	-	(854.971)	-	-	(422.627)	-	-	(827.492)
Administrativas	-	-	(34.260)	-	-	(67.738)	-	-	(33.532)	-	-	(49.009)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	-	-	(141.523)	-	-	(221.939)	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(2.556)	(720.996)	-	(4.906)	(1.488.091)	-	(2.393)	(818.572)	-	(4.423)	(1.011.661)	-

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2016		2015	
	2º semestre	Exercício	2º semestre	Exercício
Benefícios de curto prazo	17.075	40.133	14.806	34.720
Proventos	12.636	29.666	10.978	26.058
Encargos Sociais	4.439	10.467	3.828	8.662

Descrição	31/12/2016 (valores em R\$)		31/12/2015 (valores em R\$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	56.196,55	42.903,00	53.266,87	36.901,00
Salário médio	45.346,45	8.925,50	42.982,42	8.101,39
Menor salário	41.867,68	2.624,00	39.685,01	2.429,00
Benefícios	5.835,16	2.983,72	4.747,86	2.404,27

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Nota 32 – Benefícios a empregados**(a) Composição da provisão para benefícios a empregados**

As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas a liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da CAIXA.

A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Benefícios de curto prazo	3.025.456	3.020.078
Natureza salarial	2.641.734	2.500.687
Participação dos empregados no lucro	383.722	519.391
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	22.816.082	15.744.858
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	13.541.692	12.068.398
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.331.503	1.097.455
Planos de benefícios – Previdência Privada	7.942.887	2.579.005
Total	25.841.538	18.764.936

(b) Benefícios de curto prazo:

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Benefícios pós-emprego:

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA, sua administração é realizada pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435, de 15/07/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001).

A fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balancetes trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros - três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes - tem como presidente o conselheiro Joaquim Lima de Oliveira, vice-presidente de Tecnologia da Informação da Caixa e representante da Patrocinadora.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. Composto por quatro membros, tem como presidente o conselheiro Jairo Dantas, representante dos participantes.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balancetes, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

Resumidamente, o Conselho Deliberativo é órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF e é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios. O Conselho Fiscal, por sua vez, é o órgão de controle interno da fundação. Como órgão de administração, à Diretoria Executiva cabe gerir os recursos, planos e programas, em estrita observância às normas contidas no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e nas diretrizes e deliberações emanadas do Conselho Deliberativo.

No Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e com seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quantos aos planos de saúde complementar, auxílio/cesta alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Riscos atuariais

Entre os demais riscos relevantes aos quais a CAIXA está exposta, há o risco atuarial, proveniente da condição de patrocinadora de Planos de Previdência geridos pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), de Plano de Saúde (Saúde Caixa) e de auxílio alimentação, além do EX-PREVHAB administrado pela CAIXA.

O conceito de risco atuarial pode ser caracterizado pela impossibilidade de acumular e/ou manter recursos compatíveis com os compromissos assumidos com os participantes de um Fundo de Pensão, com os beneficiários de planos de saúde e de outros benefícios.

O risco atuarial surge, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas, que podem trazer volatilidade aos Planos de Benefícios.

Visando mensurar o risco atuarial decorrente do patrocínio da CAIXA aos Planos de Benefícios concedidos a seus empregados, foi desenvolvida uma metodologia específica, de acordo com as melhores práticas de mercado nacional e internacional. O modelo baseia-se na aplicação de choques às hipóteses e premissas atuariais dos Planos de Benefícios, simulando eventos de estresse. Tendo como base os valores gerados pelo modelo, a CAIXA calcula o capital a ser alocado devido a sua exposição ao risco atuarial, caso seja necessário. Para dezembro de 2016 a margem de capital da CAIXA é mais do que suficiente para suportar o risco atuarial apurado.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/passivos

Somente os Planos de Previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês *Asset Liability Management (ALM)*, que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

(g) Planos de benefícios - detalhamento**(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS**

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O custeio do Plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado através de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais. O beneficiário titular, por sua vez, participa financeiramente com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitado ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a Tabela do PAMS.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R\$ 13.541.692 (31/12/2015 – R\$ 12.068.398).

(g.2) Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuariais apresentados, relativos ao Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio Alimentação e Cesta Alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. Em 2016 foram concedidos 600 novos benefícios e em 2015 foram 1.106.

Os valores mensais do Auxílio Alimentação/Refeição e Cesta Alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2016 a agosto de 2017 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R\$ 717,29 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2016 a agosto de 2017 é de R\$ 565,28 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.

O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R\$ 1.331.503 (31/12/2015 – R\$ 1.097.455).

(g.3) Plano de benefícios - Assistidos PREVHAB

Por força do Decreto Nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação –BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco.

Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.

Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 65 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.

Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da obrigação.

(g.4) Planos de previdência – Previdência complementar

- **REG/REPLAN**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade Benefício Definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 01 de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do Benefício Saldado, calculado e reajustado com base no Índice do Plano, com a desvinculação do Salário de Participação e da concessão e manutenção por Órgão Oficial da Previdência, implicando no cancelamento da Contribuição Normal para este Plano e na adesão no caso do Ativo, a outro Plano de Benefícios oferecido pela Patrocinadora.

A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.

O REG/REPLAN não saldado assegura aos seus participantes e assistidos os benefícios:

- Suplementações de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Suplementações de Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementações de Aposentadoria por Idade;
- Suplementações de Aposentadoria Especial;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Suplementação de Abono Anual;
- Auxílio-Funeral;
- Institutos de Autoprocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

Os benefícios saldados previstos para os participantes e assistidos são os seguintes:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão Por Morte;
- Pecúlio Por Morte.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Em relação ao plano de custeio do REG/REPLAN, definido como o cálculo elaborado pelo atuário responsável pelo plano que define o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas do plano de benefícios, visando seu equilíbrio atuarial, este definirá os percentuais de contribuição a serem praticados no Plano e será segregado entre optantes e não optantes pelo saldamento, com revisão de periodicidade mínima anual, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

Devido ao Plano de Previdência REG/REPLAN saldado, patrocinado pela CAIXA, ter registrado em 2014 seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado, foi aprovado pela Administração o plano para equacionamento, que segue a regra aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) em 25 de novembro último e efetivada pela Resolução MPS/CNPc nº 22/2015 publicada no Diário Oficial de 3 de dezembro de 2015.

A CAIXA, conforme regulamento do próprio plano e Lei Complementar nº 108 e 109/2001, arca paritariamente com os participantes do referido plano o déficit acumulado objeto do plano de equacionamento.

O montante a ser aportado pela CAIXA, atualizado para a data base de 31/12/2015, resulta em R\$ 1.132.946 sendo que o prazo de amortização totaliza 17,4 anos ou 208 meses. Em 2016, a CAIXA efetuou pagamentos à FUNCEF relativos ao referido equacionamento no montante de R\$ 72.470.

Especificamente em relação ao plano REG/REPLAN – Modalidade Saldado, em função das disposições do referido Pronunciamento, a CAIXA mantém provisionado, em 31/12/2016 o montante de R\$ R\$ 7.654.277 (R\$ 2.307.318 - 31/12/2015), para fazer face ao déficit atuarial levantado para o referido plano.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dessa forma, em detrimento do fato de haver perspectiva de elevação de despesas correntes (contribuições extraordinárias a FUNCEF), o montante de provisão atuarial previamente constituído pela CAIXA, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 33, é suficiente para suportar a necessidade de desembolsos futuros relacionados ao plano de equacionamento do déficit técnico levantado pela FUNCEF.

- **REB**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).

Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.

Conforme Ofício Nº 160/2008/GENEP, o Plano de Benefícios REB que estava segregado virtualmente em REB 1998 e REB 2002, foi unificado.

O REB assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Renda Vitalícia por Tempo de Contribuição;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez do Participante Licenciado;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Renda Antecipada;
- Abono Anual; e, Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

Em relação ao plano de custeio do plano REB, definido como o cálculo que determina o nível das contribuições do patrocinador, dos participantes e dos assistidos, de forma a fixar o custo do plano de benefícios, este será estabelecido com periodicidade mínima anual, de forma a fixar adequadamente o nível das contribuições sociais devidas e dos custos administrativos, constando obrigatoriamente do resultado da avaliação atuarial do plano, conforme definido no regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

- **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006.

O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.

O Novo Plano assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:

- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte; e,
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

O plano de custeio do NOVO PLANO estabelecerá o nível de contribuição necessário à constituição das reservas garantidoras de benefícios, institutos, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, sendo aprovado pela Diretoria Executiva, submetido à deliberação do Conselho Deliberativo da FUNCEF e aprovação do patrocinador, em conformidade com critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador, conforme regulamento do plano (disponível em: www.funcef.com.br/).

O plano de custeio terá periodicidade anual, mas poderá ser revisto a qualquer tempo se houver necessidade devidamente justificada pela FUNCEF e ocorrerá sob responsabilidade do patrocinador e participantes, inclusive assistidos.

A despesa administrativa da FUNCEF será custeada pelo patrocinador e participantes, inclusive assistidos, observado o limite e os critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.

(h) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Descrição	31/12/2016 (1)			31/12/2015		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (incluindo dependentes)	93.246	59.649	152.895	93.523	60.939	154.462
Auxílio e cesta alimentação (aposentados e pensionistas)	-	15.153	15.153	-	15.101	15.101
Assistidos PREVHAB (aposentados e pensionistas)	-	65	65	-	65	65
REG/REPLAN salgado	20.726	36.422	57.148	22.542	34.578	57.120
REG/REPLAN não salgado	2.371	3.761	6.132	2.585	3.407	5.992
REB	7.063	757	7.820	7.265	705	7.970
Novo Plano	84.217	5.274	89.491	88.028	4.865	92.893

(1) Conforme posições de 30/09/2016 e 30/09/2015, utilizadas para cálculo da obrigação de benefício definido

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Avaliação atuarial dos planos de benefício

A empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução BACEN 4.424/2015, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.

A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos Saúde CAIXA, REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio Alimentação, Cesta-Alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

(i.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em ajuste de avaliação patrimonial.

Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Em 31/12/2016, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.

Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 R1 e de acordo com a natureza do benefício, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais a serem reconhecidos pela CAIXA.

(i.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios definidos devem ser utilizadas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados

O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.

Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais reais projetadas (ou seja, acima da inflação geral de preços) de 5,00% para 2017, 4,50% para 2018, 4,00% para 2019, 3,50% para 2020, 3,00% para 2021, 2,50% para 2022, 2,00% para 2023, 1,50% a partir de 2024 inclusive.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.3) Premissas financeiras e demográficas consideradas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios:

Descrição	Saúde CAIXA (3)		Auxílio e Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
Taxa anual de juros (1)	9,88	13,91	10,00	14,22	10,07	14,42
Aumento anual dos salários (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Aumento anual dos benef. (projeção)	N/A	N/A	N/A	N/A	4,00	6,47
Taxa de inflação média anual	4,00	6,47	4,00	6,47	4,00	6,47
Taxa de rotatividade (2)	1,08	1,08	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000	RP 2000
	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)	(-20%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	H – 55; M – 52	H – 55; M – 52	N/A	N/A	N/A	N/A

- (1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período de 4,00% a.a. (6,47% a.a. em 2015), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
- (2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.
- (3) Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2017, 4,50% para 2018, 4,00% para 2019, 3,50% para 2020, 3,00% para 2021, 2,50% para 2022, 2,00% para 2023 e 1,50% a partir de 2024 inclusive.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	REG/REPLAN				REB		NOVO PLANO	
	Saldado		Não saldado		Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015				
Taxa anual de juros (1)	10,01	14,27	9,99	14,2	10,06	14,37	10,00	14,27
Aumento anual dos salários (projeção)	N/A	N/A	6,43	9,03	7,31	10,89	6,49	9,85
Aumento anual dos benef. (projeção)	4,00	6,47	5,79	8,41	4,00	6,47	4,00	6,47
Taxa de inflação média anual	4,00	6,47	4,00	6,47	4,00	6,47	4,00	6,47
Taxa de rotatividade (2)	N/A	N/A	N/A	N/A	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF REB 2013	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015	Experiência FUNCEF Novo Plano 2015
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de mortalidade de inválidos	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58	CSO - 58
Entrada em aposentadoria	H - 53	H - 53	H - 55	H - 55	100% - 1ª elegibilidade	100% - 1ª elegibilidade	H - 55	H - 55
	M - 48	M - 48	M - 52	M - 52			M - 52	M - 52

- (1) O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período de 4,00% a.a. (6,47% a.a. em 2015), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
- (2) As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consoante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.

(i.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.

O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como “método de benefícios acumulados” e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
VPOA(1) no início do período	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.146)	(41.116)	(49.944)
Custo do serviço corrente	(199.468)	(256.951)	-	-	-	-
Custo de juros	(1.686.282)	(1.291.927)	(157.553)	(122.223)	(5.307)	(5.691)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	36.327	(1.519.532)	(191.150)	(219.016)	(10.451)	10.131
Ajuste de experiência	2.788.480	958.037	(53.550)	(309.166)	(4.980)	5.988
Alterações premissas demográficas	93.408	(510.781)	-	-	-	-
Alterações premissas financeiras	(2.845.561)	(1.966.788)	(137.600)	90.150	(5.471)	4.143
Benefícios pagos pelo plano	376.129	346.961	114.655	104.930	5.043	4.388
VPOA(1) no final do período	(13.541.692)	(12.068.398)	(1.331.503)	(1.097.455)	(51.831)	(41.116)

(1) VPOA - Valor Presente da Obrigação Atuarial

Descrição	REG/REPLAN				REB		NOVO PLANO	
	Saldado		Não saldado		Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015				
VPOA(1) no início do período	(38.512.812)	(37.832.062)	(3.901.853)	(3.969.884)	(277.605)	(254.556)	(861.103)	(581.419)
Custo do serviço corrente	-	(64.850)	(3.086)	(18.808)	(1.839)	(2.718)	(9.606)	(20.856)
Custo de juros	(5.069.592)	(4.796.711)	(516.800)	(503.340)	(34.525)	(32.052)	(123.692)	(79.020)
Contribuições esperadas de participantes	(142.052)	(466)	(28.085)	(30.238)	(842)	(181)	(71)	-
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(8.072.610)	1.414.343	(841.399)	402.298	(50.847)	(8.274)	(260.192)	(210.638)
Ajuste de experiência	(2.915.029)	(2.822.307)	(176.183)	(105.501)	(12.902)	(48.333)	(41.934)	(344.869)
Alterações premissas demográficas	(44.954)	112.849	(23.329)	77.746	(168)	3.002	(5.253)	17.081
Alterações premissas financeiras	(5.112.627)	4.123.801	(641.887)	430.053	(37.777)	37.057	(213.005)	117.150
Benefícios pagos pelo plano	2.451.052	2.766.934	208.069	218.119	24.626	20.176	48.620	30.830
VPOA(1) no final do período	(49.346.014)	(38.512.812)	(5.083.154)	(3.901.853)	(341.032)	(277.605)	(1.206.044)	(861.103)

(1) VPOA - Valor Presente da Obrigação Atuarial

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.5) Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido:

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN saldato	REG/REPLAN não saldato	REB	NOVO PLANO
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2017	375.136	122.297	4.803	3.521.736	298.985	25.266	62.959
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2018	397.766	112.785	5.398	3.350.362	295.314	23.672	62.727
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2019	414.373	103.923	4.910	3.187.171	289.058	22.162	61.894
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2020 ou posterior	428.698	95.649	4.452	3.026.263	281.469	20.734	60.499
Pagamento de benefícios esperados no encerramento do ano fiscal 31/12/2021 ou posterior	11.925.719	896.849	32.268	36.260.482	3.918.328	249.198	957.965
Total	13.541.692	1.331.503	51.831	49.346.014	5.083.154	341.032	1.206.044
<i>Duration do passivo atuarial na data base 31/12/2016</i>	28,21 anos	12,63 anos	9,37 anos	11,6 anos	13,3 anos	9,67 anos	12,22 anos

(i.6) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros, dividendos e outras receitas) mantidos pela entidade ou fundo de pensão para fazer frente às obrigações atuariais de cada plano de benefício patrocinado pela CAIXA. Esses recursos são mensurados a valor justo, ou seja, considerando o que efetivamente seria recebido pela venda de um ativo ou o que seria pago pela transferência de um passivo em transações não forçadas entre participantes do mercado na data da mensuração.

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.

A conciliação apresentada abaixo demonstra a evolução do valor justo dos ativos dos planos:

Descrição	Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN				REB		NOVO PLANO	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Saldato		Não saldato		Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
			Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015				
VJAP(1) no início do período	41.116	49.944	33.898.176	35.220.021	3.988.451	3.969.866	250.893	263.803	344.443	279.514
Receitas de juros	5.308	5.691	4.294.905	4.285.132	519.466	483.004	32.991	32.355	60.183	39.089
Rendimentos s/ os ativos maior (menor) que a taxa de desconto	10.450	(10.131)	(1.132.023)	(2.843.645)	(94.068)	(321.425)	57.294	(25.838)	247.777	24.245
Contribuições do empregador	-	-	111.942	3.135	22.749	44.887	865	568	47.745	32.425
Contribuições de participantes do plano	-	-	142.052	467	28.085	30.238	842	181	71	-
Benefícios pagos pelo plano	(5.043)	(4.388)	(2.451.052)	(2.766.934)	(208.069)	(218.119)	(24.626)	(20.176)	(48.621)	(30.830)
VJAP¹ no final do período	51.831	41.116	34.864.000	33.898.176	4.256.614	3.988.451	318.259	250.893	651.598	344.443

(1) VJAP - Valor Justo dos ativos do plano

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.7) Informações patrimoniais dos ativos dos planos:

Os planos de saúde complementar e auxílio/cesta alimentação são diretamente administrados pela CAIXA e não possuem ativos.

Descrição	Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN salgado		REG/REPLAN não salgado		REB		NOVO PLANO	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
Renda Fixa	100,00%	100,00%	56,04%	51,65%	55,99%	51,82%	58,50%	53,25%	69,25%	63,48%
Renda Variável	-	-	22,29%	23,76%	25,17%	24,88%	24,61%	23,94%	19,45%	18,14%
Investimentos Estruturados	-	-	7,56%	9,31%	6,92%	10,08%	5,21%	7,89%	3,09%	6,78%
Investimentos Imobiliários	-	-	11,09%	11,99%	10,38%	11,51%	3,54%	4,54%	0,47%	0,73%
Operações com Participantes	-	-	3,01%	3,27%	1,54%	1,70%	8,14%	10,37%	7,74%	10,87%
Outros Investimentos	-	-	0,01%	0,02%	-	0,01%	-	0,01%	-	-
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(i.8) Instrumentos de própria emissão mantidos como ativos dos planos e imóveis de propriedade dos planos ocupados pela CAIXA:

Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio/Cesta Alimentação	Assistidos PREVHAB	REG/REPLAN salgado	REG/REPLAN não salgado	REB	NOVO PLANO
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Caderneta de Poupança - Carteira Própria	-	-	-	3.905.391	350.064	214.895	1.142.500
Fundos de Investimentos - Carteira Própria	-	-	-	31.214.438	3.684.135	1.362.075	9.573.325
Imóveis - Locados à CAIXA	-	-	-	4.561.388	488.419	63.394	63.639
Total				39.681.217	4.522.618	1.640.364	10.779.464

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.9) Valor líquido do ativo/passivo dos planos reconhecido no Balanço Patrimonial:

O valor líquido do ativo/passivo decorre da confrontação dos montantes de obrigação atuarial dos planos com seus respectivos montantes de ativos avaliados a valor justo. A existência de eventual déficit (passivo) propicia, por parte da entidade patrocinadora, a necessidade de provisionamento de recursos para fazer frente a obrigação atuarial incremental levantada, na medida de sua participação no plano (efeito de compartilhamento). A existência de superávit (ativo), por sua vez, poderá ensejar reversão de valores do plano em favor da entidade patrocinadora e dos patrocinados, na medida de suas participações, devendo-se levar em consideração o limitador de reconhecimento de ativo atuarial (efeito de teto de ativo).

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
VPOA(1) no final do período	(13.541.692)	(12.068.398)	(1.331.503)	(1.097.455)	(51.831)	(41.116)
VJAP(2) no final do período	-	-	-	-	51.831	41.116
Superávit/ (déficit) do plano	(13.541.692)	(12.068.398)	(1.331.503)	(1.097.455)	-	-
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial(3)	-	-	-	-	-	-
Efeito do teto do Ativo(4)	-	-	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(13.541.692)	(12.068.398)	(1.331.503)	(1.097.455)	-	-

(1) VPOA - Valor Presente da obrigação atuarial

(2) VJAP - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Caixa.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela Caixa.

Descrição	REG/REPLAN				REB		NOVO PLANO	
	Saldado		Não saldado		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015				
VPOA(1) no final do período	(49.346.014)	(38.512.812)	(5.083.154)	(3.901.853)	(341.032)	(277.605)	(1.206.044)	(861.104)
VJAP(2) no final do período	34.864.000	33.898.176	4.256.614	3.988.451	318.259	250.893	651.598	344.443
Superávit/ (déficit) do plano	(14.482.014)	(4.614.636)	(826.540)	86.598	(22.773)	(26.712)	(554.446)	(516.661)
Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial(3)	7.241.007	2.307.318	413.270	-	11.387	13.356	277.223	258.331
Efeito do teto do Ativo(4)	-	-	-	(86.598)	-	-	-	-
Ativo/ (passivo) líquido	(7.241.007)	(2.307.318)	(413.270)	-	(11.387)	(13.356)	(277.223)	(258.331)

(1) VPOA - Valor Presente da obrigação atuarial

(2) VJAP - Valor Justo dos ativos do plano

(3) Refere-se ao cálculo do efeito de compartilhamento de riscos com os participantes e assistidos do plano, de forma a limitar a responsabilidade atuarial a ser reconhecida pela Caixa.

(4) Refere-se ao cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 R1 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido pela Caixa.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.10) Movimentação do (passivo) ativo líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB	
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(12.068.398)	(9.346.949)	(1.097.455)	(861.146)	-	-
Custo do serviço	(199.468)	(256.951)	-	-	-	-
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(1.686.282)	(1.291.927)	(157.553)	(122.223)	-	-
Contribuições da empresa	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	376.129	346.960	114.655	104.930	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	36.327	(1.519.531)	(191.150)	(219.016)	-	-
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(13.541.692)	(12.068.398)	(1.331.503)	(1.097.455)	-	-

Descrição	REG/REPLAN				REB		NOVO PLANO	
	Saldado		Não saldado		Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015
	Exercício 2016	Exercício 2015	Exercício 2016	Exercício 2015				
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido no início do período	(3.822.923)	(1.306.020)	(60.215)	(9)	-	-	(245.385)	(150.953)
Custo do serviço	-	(64.850)	(7.358)	(18.808)	(1.149)	(2.718)	(1.306)	(20.856)
Juros líquidos sobre (Passivo)/Ativo líquido	(222.784)	(245.623)	(3.162)	(20.334)	-	(145)	(13.935)	(19.966)
Contribuições da empresa	109.486	3.135	11.290	44.886	512	568	23.606	32.425
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	(3.304.786)	(693.960)	(353.825)	(5.735)	(10.750)	(11.061)	(40.203)	(98.981)
(Passivo) / Ativo reconhecido no final do período	(7.241.007)	(2.307.318)	(413.270)	-	(11.387)	(13.356)	(277.223)	(258.331)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.11) Despesas/Receitas e Pagamentos esperados para o semestre:

(Despesa) / Receita esperadas – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN		REB	NOVO PLANO
			Saldado	Não saldado		
	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017
Custo do serviço corrente líquido	(113.712)	-	-	(6.234)	(13.721)	(503)
Custo de juros líquidos	(659.427)	(63.523)	(359.606)	(20.350)	(560)	(13.555)
Total da (despesa)/ receita a reconhecer no próximo período	(773.139)	(63.523)	(359.606)	(26.584)	(14.281)	(14.058)

Pagamentos esperados – CPC 33 (R1)						
Descrição	Saúde CAIXA	Auxílio e Cesta Alimentação	REG/REPLAN		REB	NOVO PLANO
			Saldado	Não saldado		
	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017	1º semestre 2017
Normais / Contribuições de Risco (REB) / Benefícios (Saúde CAIXA) – Benefício definido	187.568	61.148	-	5.673	265	12.230
Contribuição definida	-	-	56.933	198	1	45
Administração	-	-	-	-	-	-
Total dos pagamentos esperados para o plano	187.568	61.148	56.933	5.871	266	12.275

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i.12) Análise de sensibilidade das principais premissas financeiras e demográficas:

O objetivo da análise de sensibilidade é mensurar como a obrigação de benefício definido seria afetada por mudanças em determinadas premissas atuariais relevantes, mantidas todas as outras constantes.

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR		31/12/2016
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	0,25%	-0,25%	1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(680.807)	(637.815)	(649.372)	(669.813)	N/A	N/A	(786.277)	(560.921)	(1.686.282)
Valor presente das obrigações	(13.985.105)	(13.087.938)	(13.013.408)	(14.104.324)	N/A	N/A	(16.110.553)	(11.546.833)	(13.541.692)
Auxílio e Cesta Alimentação									
Custo dos juros	(61.976)	(65.053)	(63.838)	(63.191)	N/A	N/A	N/A	N/A	(157.553)
Valor presente das obrigações	(1.300.562)	(1.362.114)	(1.306.674)	(1.357.262)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.331.503)
EX-PREVHAB									
Custo dos juros	(4.763)	(5.218)	(4.990)	(4.965)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.307)
Valor presente das obrigações	(49.686)	(54.200)	(50.740)	(52.946)	N/A	N/A	N/A	N/A	(51.831)
REG/REPLAN salgado									
Custo dos juros	(4.647.072)	(5.077.189)	(4.839.317)	(4.860.725)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.069.592)
Valor presente das obrigações	(47.304.726)	(51.601.600)	(48.047.262)	(50.682.946)	N/A	N/A	N/A	N/A	(49.346.014)
REG/REPLAN não salgado									
Custo dos serviços	(16.252)	(18.262)	(8.263)	(17.909)	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.086)
Custo dos juros	(479.334)	(523.552)	(497.528)	(502.881)	N/A	N/A	N/A	N/A	(516.800)
Valor presente das obrigações	(4.872.880)	(5.315.503)	(4.933.414)	(5.237.794)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.083.154)
REB									
Custo dos serviços	(24.146)	(26.364)	(12.251)	(25.918)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.839)
Custo dos juros	(112.467)	(122.969)	(117.012)	(117.835)	N/A	N/A	N/A	N/A	(34.525)
Valor presente das obrigações	(1.156.154)	(1.261.172)	(1.173.047)	(1.240.048)	N/A	N/A	N/A	N/A	(341.032)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços	(806)	(3.023)	(581)	(2.577)	N/A	N/A	N/A	N/A	(9.606)
Custo dos juros	(114.198)	(124.669)	(118.784)	(119.522)	N/A	N/A	N/A	N/A	(123.692)
Valor presente das obrigações	(1.156.154)	(1.261.172)	(1.173.047)	(1.240.048)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.206.044)

(1) HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Análise de sensibilidade das principais hipóteses - CPC 33 (R1)									
Descrição	Tábua Biométrica		Taxa de Desconto		Crescimento Salarial		HCCTR (1)		31/12/2015
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+1,00%	-1,00%	
Saúde CAIXA									
Custo dos juros	(1.717.852)	(1.584.509)	(1.621.978)	(1.682.356)	N/A	N/A	(1.932.078)	(1.426.904)	(1.291.927)
Valor presente das obrigações	(12.563.127)	(11.569.948)	(11.649.870)	(12.511.603)	N/A	N/A	(14.085.998)	(10.452.989)	(12.068.398)
Auxílio e Cesta Alimentação									
Custo dos juros	(160.838)	(167.192)	(164.306)	(163.773)	N/A	N/A	N/A	N/A	(122.223)
Valor presente das obrigações	(1.074.924)	(1.119.608)	(1.079.347)	(1.116.182)	N/A	N/A	N/A	N/A	(1.097.455)
EX-PREHVAB									
Custo dos juros	(5.384)	(5.900)	(5.613)	(5.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(5.691)
Valor presente das obrigações	(39.415)	(42.995)	(40.344)	(41.904)	N/A	N/A	N/A	N/A	(41.116)
REG/REPLAN salgado									
Custo dos juros	(5.039.635)	(5.518.188)	(5.219.270)	(5.313.643)	N/A	N/A	N/A	N/A	(4.796.711)
Valor presente das obrigações	(36.919.660)	(40.273.217)	(37.548.754)	(39.503.816)	N/A	N/A	N/A	N/A	(38.512.812)
REG/REPLAN não salgado									
Custo dos serviços	(9.523)	(7.464)	(4.611)	(7.845)	N/A	N/A	N/A	N/A	(18.808)
Custo dos juros	(303.465)	(351.711)	(315.969)	(336.737)	N/A	N/A	N/A	N/A	(503.340)
Valor presente das obrigações	(3.740.445)	(4.080.205)	(3.790.006)	(4.017.255)	N/A	N/A	N/A	N/A	(3.901.853)
REB									
Custo dos serviços	(510)	(1.468)	(672)	(1.422)	N/A	N/A	N/A	N/A	(2.718)
Custo dos juros	(36.542)	(40.016)	(38.024)	(38.351)	N/A	N/A	N/A	N/A	(32.052)
Valor presente das obrigações	(266.121)	(290.294)	(271.905)	(283.436)	N/A	N/A	N/A	N/A	(277.605)
NOVO PLANO									
Custo dos serviços	(15.908)	(17.363)	(8.092)	(17.026)	N/A	N/A	N/A	N/A	(20.856)
Custo dos juros	(116.086)	(126.786)	(120.188)	(122.125)	N/A	N/A	N/A	N/A	(79.020)
Valor presente das obrigações	(825.483)	(900.465)	(839.732)	(883.068)	N/A	N/A	N/A	N/A	(861.103)

(1) HCCTR - Taxa de Crescimento dos Custos Médicos

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Despesas reconhecidas com planos de previdência com características de contribuição definida:

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
REB	41.381	39.911
Novo Plano	850.860	808.804
Total	892.241	848.715

(k) Despesas reconhecidas para cobertura de riscos com causas judiciais relacionados aos planos de benefícios:

Descrição	Exercício 2016	Exercício 2015
Causas judiciais	8.941	3.390
Total	8.941	3.390

Nota 33 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e de Distribuição de Resultado e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.

A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível no site: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA, opção Administração de Riscos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (Icaap) encontram-se implementados na CAIXA, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, e Circular BACEN nº 3.547/11.

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, conforme princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a Diretoria e para o Conselho de Administração; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Por meio desse gerenciamento a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração, e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o consumo de capital.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exigência de Capital Regulatório

Em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/13, desde janeiro/2015 o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial. O quadro abaixo apresenta o detalhamento desses indicadores de capital.

Cálculo da exigência de capital regulamentar		
Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de Referência – PR	77.719.299	78.962.391
Nível I	54.397.312	55.537.056
Capital Principal – CP	54.397.312	55.537.056
Patrimônio Líquido (1)	27.179.943	26.616.877
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	36.453.644	36.086.566
Excesso ao limite estabelecido no art. 25 da Resolução CMN nº 4.192/2013	-	(1.646.635)
Ajustes prudenciais	(9.236.275)	(5.519.752)
Capital Complementar – CC	-	-
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-
Nível II	23.321.987	23.425.335
Instrumentos de dívida subordinada	22.446.278	21.850.246
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 20%)	-	(722.282)
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 40%)	(1.122.092)	-
Notas subordinadas	1.681.237	2.014.328
Letras financeiras	336.890	293.957
Letras financeiras (dedução 20%)	-	(2.453)
Letras financeiras (dedução 40%)	(5.667)	(8.461)
Letras financeiras (dedução 60%)	(14.659)	-
Ativos ponderados pelo risco – RWA	574.167.634	547.136.671
Risco de crédito - RWA_{CPAD}	509.291.713	504.257.301
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA_{MPAD}	12.094.327	2.529.614
Taxa de juros – RWA_{JUR}	6.362.640	1.715.595
Commodities – RWA_{COM}	1.809.534	-
Ações – RWA_{ACS}	-	-
Câmbio – RWA_{CAM}	3.922.153	814.019
Risco operacional - RWA_{OPAD}	52.781.594	40.349.756
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido – PRMR $RWA \times F$	56.699.054	60.185.033
Risco de mercado – carteira de não negociação - R_{BAN}	6.912.474	8.226.904
Margem de capital (PR - PRMR - R_{BAN})	14.107.772	10.550.454
Índice de capital principal (CP / RWA)	9,47%	10,15%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	9,47%	10,15%
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,54%	14,43%
Fator F (Resolução CMN nº 4.193/2013)	9,88%	11,00%

(1) Patrimônio Líquido descontado dos Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

Value at Risk – VaR

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.

A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.

Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.

A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.

São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.

A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.

A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:

- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação

A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade ⁽¹⁾		
Fatores de Risco	31/12/2016	31/12/2015
PRE	15.199	23.523
Cupom IPCA	2.492	12.285
Cupom SELIC	(39)	(1)
Cupom TR	-	1
VaR com ED	17.652	35.808

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação

As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II - disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.

Visando assegurar que o Patrimônio de Referência - PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.

A estimação do PR compatível com o risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros é realizada por meio da metodologia Δ EVE – Economic Value of Equity, em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.365/07 e os princípios do Acordo de Basileia. O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.

São realizados testes de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007. Adicionalmente, realiza-se análises de sensibilidade, que permitem verificar a variação no valor da carteira a partir da aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, simulando a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

INDIVIDUAL						
Descrição	Valor Contábil		Valor Marcado a Mercado		Valores a Pagar ou a Receber	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVOS						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12.429.265	10.376.648	12.429.667	10.376.993	402	345
Aplicações em operações compromissadas	144.645.896	143.111.942	144.595.084	143.111.942	(50.812)	-
Títulos e valores mobiliários	179.646.715	177.087.448	181.060.818	173.244.049	1.414.103	(3.843.399)
Títulos para negociação	108.346.402	98.480.310	108.346.402	98.480.310	-	-
Títulos disponíveis para venda	21.808.716	14.394.931	21.808.716	14.394.931	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	49.491.597	64.212.207	50.905.700	60.368.808	1.414.103	(3.843.399)
Operações de crédito, arrendam. mercantil e outros créditos	683.423.710	662.119.119	626.241.579	588.297.509	(57.182.131)	(73.821.610)
Comercial	191.767.880	199.664.957	208.162.537	213.447.169	16.394.657	13.782.212
Habitação	405.495.273	384.175.883	342.401.818	317.248.681	(63.093.455)	(66.927.202)
Infraestrutura/desenvolvimento	78.379.488	70.658.301	67.896.155	49.981.681	(10.483.333)	(20.676.620)
Outros créditos	7.781.069	7.619.978	7.781.069	7.619.978	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVOS						
Captações de recursos	291.527.948	276.941.479	298.464.519	281.422.870	6.936.571	4.481.391
CDB/RDB	137.433.519	107.551.120	139.001.542	108.017.121	1.568.023	466.001
LCI LH	140.913.283	153.687.415	145.806.273	156.956.988	4.892.990	3.269.573
Obrigações por TVM no exterior	13.181.146	15.702.944	13.656.704	16.448.761	475.558	745.817
Captação em operações compromissadas	159.545.749	194.364.507	159.509.724	194.364.365	(36.025)	(142)
Obrigações por empréstimos e repasses e outras	239.472.800	217.538.099	178.245.547	140.358.592	(61.227.253)	(77.179.507)
Exterior	5.425.078	14.337.557	5.448.083	14.382.740	23.005	45.183
Tesouro	53.145	44.677	51.303	46.530	(1.842)	1.853
FGTS (1)	204.156.954	172.210.084	147.563.794	108.847.521	(56.593.160)	(63.362.563)
BNDES	28.894.894	29.823.211	24.349.112	16.229.536	(4.545.782)	(13.593.675)
Depósitos não remunerados	942.729	1.122.570	833.255	852.265	(109.474)	(270.305)
Instrumento híbrido de capital e dívida	28.541.406	24.118.920	18.599.007	14.500.124	(9.942.399)	(9.618.796)

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.

O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.

Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:

- a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA.
- b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do *spread* entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.

O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes - Instrução CVM nº 475

A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

- Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;
- Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 31/12/2016 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(238.625)	(5.711.781)	(10.901.015)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(12.739)	(351.872)	(740.264)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(22.620)	(630.076)	(1.301.128)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(184)	(4.882)	(10.721)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e na possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de liquidez em conformidade ao estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.090/2012 e nº 4.388/2014.

Os princípios e diretrizes da gestão do risco de liquidez estão explicitados na Política de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado CAIXA.

A CAIXA desenvolveu e implementou modelos proprietários para a projeção dos fluxos de caixa das operações bancárias em cenário de normalidade e de estresse e para a mensuração do potencial diário de negociação dos títulos e do colchão de risco de liquidez.

No gerenciamento da liquidez de curto prazo é realizado o monitoramento da liquidez intradia e da relação entre os títulos de alta convertibilidade, que são os ativos disponíveis para negociação e/ou realização de operações compromissadas, e o colchão de risco de liquidez, que é definido como a reserva estratégica mínima de recursos para fazer frente a uma situação de crise, composta por ativos de alta qualidade de liquidez em carteira, necessários para assegurar a capacidade da Instituição de cumprir com as obrigações do fluxo de caixa previstas para 30 dias.

Adicionalmente, foi estabelecido o Plano de Contingência de Liquidez com definição de Alertas para avaliação e antecipação de possíveis problemas ou crises de liquidez. A ocorrência de qualquer dos alertas é comunicada tempestivamente ao Comitê Delegado de Risco e de Capital para avaliação quanto à decretação de regime de contingência de liquidez.

No Plano são definidas as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução, as fontes de recursos e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar, monitorar, controlar e reportar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional. Na CAIXA este processo está embasado em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo segregado de auditoria;
- Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tem começo, meio e fim bem definidos; e
- Divulgação de informações de Risco Operacional, definida segundo o objetivo e público alvo.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

A CAIXA está implementado o modelo de Linhas de Defesa como forma de estruturar os processos da Empresa e, conseqüentemente, organizar os papéis e responsabilidades no que se refere ao ambiente de controle e gestão de riscos, sendo:

- 1ª Linha – Gestor do Negócio / Processo: Responsável por implementar os controles e gerenciar os riscos;
- 2ª Linha – Controle e Risco: Responsável por definir a estratégia, políticas e metodologias em relação ao risco e controle, por monitorar se a 1ª LD está efetiva, bem como se os riscos identificados estão dentro dos limites de tolerância estabelecidos;
- 3ª Linha – Auditoria: Responsável por avaliar de maneira independente o funcionamento da 1ª e 2ª linha.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3640/2013 para fins de cálculo do capital requerido para risco operacional pelo método padronizado (RWAopad), foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

- Abordagem do Indicador Básico – BIA;
- Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e
- Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada - ASA2.

A CAIXA adota a abordagem ASA em virtude desta metodologia conferir caráter mais granular à utilização do resultado bruto que as demais e, por conseguinte, apresenta-se mais sensível à exposição ao risco operacional.

Modelos Internos

As abordagens avançadas de mensuração de risco operacional envolvem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle e, como resultado, espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional.

O modelo requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – a base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade.
- Dados externos de perdas operacionais – a base de dados externos auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência.
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos - Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários - Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Embora a utilização de modelos internos para o cálculo de capital regulamentar esteja em processo de revisão pelo WGOR (*Working Group of Operational Risk*) do Comitê de Basileia, sobretudo com a possibilidade da adoção de um novo modelo padronizado denominado SMA (*Standardized Measurement Approach*), a exigência regulatória de desenvolvimento e estruturação dos quatro elementos de Risco Operacional, citados anteriormente, será mantida e intensificada, visto que estes elementos visam o aprimoramento contínuo da gestão de risco operacional.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão e direcionar a elaboração de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de risco operacional.

Para o controle operacional de produtos e serviços é utilizada ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

Visando a redução de riscos e a melhoria de controles, são elaboradas ações de mitigação do risco operacional, que representam medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão, e para se obter um melhor monitoramento, essas ações são registradas em sistema corporativo.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte do gerenciamento de risco operacional e sua atuação se dá por meio do Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

Gestão da Segurança da Informação

A gestão de Segurança da Informação é um elemento importante na estrutura da CAIXA, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da instituição.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é um componente da Gestão de Continuidade dos Negócios, que busca gerenciar de forma efetiva eventos de impacto significativo que abalem um ou mais pilares: pessoas, negócios, infraestrutura, informações, TI e fornecedores. Esta gestão envolve ações de preparação, identificação, resposta, resolução e, ao final, a observação das lições aprendidas, o chamado pós- crise.

NA CAIXA, o gerenciamento de crise está estruturado num modelo que contempla premissas, responsabilidades e formas de atuação, estas, sempre coordenadas por um Grupo de Gestão.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade do gerenciamento dessa categoria de risco na instituição.

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Disseminação de Cultura de Risco Operacional

Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre risco operacional, módulos Básico e Avançado de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, existem manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 34 – Outras informações**(a) Ativos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA**

Descrição	31/12/2016 (1)	31/12/2015
FGTS	502.029.048	457.608.647
PIS	31.476.213	30.454.289
FAR	43.439.305	40.942.599
FCVS	12.754.057	11.970.782
FDS	2.528.756	2.191.802
FGCN	52.102	4.370.720
FGHAB	1.801.570	1.793.750
FGS	1.313.593	799.085
Outros	28.457	29.730
Total	595.423.101	550.161.404

(1) Posição de 31/08/2016

(b) Ativos de Fundos de Investimento administrados pela CAIXA

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de ações	15.048.884	20.014.080
Fundos de investimento financeiro	186.996.963	164.863.145
Fundos de investimento em cotas - FIC (1)	115.387.486	98.186.360
Total	317.433.333	283.063.585

(1) Inclui Fundos de aplicação em cotas, que não são considerados no ranking AMBIMA.

(c) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554 (31/12/2015 - R\$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(d) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. O resultado da avaliação do risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA em "Obrigações diversas" no montante de R\$ 8.323.

(e) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA em "Obrigações diversas" no montante de R\$ 231.663 (31/12/2015 – R\$ 217.539).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 35 – Eventos Subsequentes**Plano de desligamento voluntário de empregados**

A CAIXA tem adotado um conjunto de ações com o objetivo de aumentar sua eficiência operacional, enfrentando os desafios impostos pelo atual cenário econômico. Dentro deste contexto, foi implementado um Plano de desligamento voluntário aos empregados que possuam maior tempo de trabalho na CAIXA.

O prazo para adesão ao Plano se encerrou em 24/02/2017 e 4.356 empregados aderiram ao plano. O prazo para desligamento será até o dia 31/03/2017.

Gilberto Magalhães Occhi
Presidente

Ademir Losekann
Vice-presidente em exercício
Portaria nº 461/2017

Antônio Carlos Ferreira
Vice-presidente

Arno Meyer
Vice-presidente

Humberto José Teófilo Magalhães
Vice-presidente em exercício
Portaria nº 415/2017

Marcelo Campos Prata
Vice-presidente

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto
Vice-presidente

Naran Peçanha de Araújo
Vice-presidente em exercício
Portaria nº 425/2017

Nelson Antonio de Souza
Vice-presidente

Paulo Henrique Angelo Souza
Vice-presidente

Roberto Derziê de Sant'Anna
Vice-presidente

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
SEGUNDO SEMESTRE DE 2016**

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, e tem como principais atribuições: revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis e avaliar a efetividade dos sistemas de controles internos e das auditorias interna e independente. Seu Regimento Interno está disponível no site <http://www.caixa.gov.br>, e sua atuação é orientada pelas normas aplicáveis, pelo Estatuto da CAIXA e pelo Plano de Trabalho aprovado para o exercício, por aquele Conselho.

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis, com base em controles capazes de garantir sua qualidade e integridade.

A Auditoria Interna inclui, entre seus trabalhos regulares, o exame do ambiente de controles existentes, com impacto na elaboração dessas demonstrações.

A Ernst & Young Auditores Independentes é responsável por auditar as demonstrações contábeis, verificar, com razoável segurança, se elas estão livres de distorção relevante e emitir sua opinião a respeito.

Ao longo do segundo semestre de 2016, o Comitê participou de reuniões com integrantes do Conselho Diretor, individualmente, e de todas aquelas realizadas pelo Conselho de Administração. Promoveu encontros, isolada ou conjuntamente, com diversas áreas da CAIXA, com prioridade, em vista da natureza de suas atividades, para as áreas de controle institucional, de gerenciamento de riscos, de contabilidade e tributos, de controladoria e de ouvidoria. Com as equipes de auditoria interna e independente, tomou conhecimento dos resultados dos principais trabalhos, conclusões e recomendações decorrentes. Revisou, além disso, as demonstrações contábeis, respectivas notas explicativas e relatórios da administração e do auditor independente.

O Comitê também acompanhou o resultado de inspeções e apontamentos feitos pelos órgãos reguladores ou supervisores, bem como os procedimentos internos de regularização, e manteve reuniões específicas com seus representantes.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Em todos os encontros anteriormente mencionados, colheu informações, observações e diagnósticos a propósito de aspectos relevantes ou críticos, debateu ações corretivas e oportunidades de aperfeiçoamentos, discutiu planos e ações, e formulou apontamentos. Informou-se sobre o estágio das recomendações ou determinações emanadas das diversas instâncias de controle, e buscou analisar a consistência e a efetividade das respectivas soluções.

Manteve-se atento ao ambiente regulatório e econômico com implicações para a CAIXA e aos reflexos das ações de gestão sobre a dinâmica de atuação da Instituição, em particular quanto aos aspectos relacionados a controles internos, gestão de riscos e de auditoria.

Em razão das atividades desenvolvidas, o Comitê reuniu um conjunto de informações que constituiu a base de suas avaliações. Assim, analisados os elementos identificados, considerados os resultados das análises efetuadas e ponderadas as responsabilidades e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, concluiu que:

- i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade, ressaltada a necessidade de constantes aperfeiçoamentos que se ajustem, em velocidade compatível com as transformações experimentadas, ao porte e à complexidade operacional da Instituição;
- ii) a auditoria interna mostrou-se efetiva, atuando com adequada independência e objetividade;
- iii) em relação à auditoria independente, não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua efetividade e independência; e
- iv) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente, foram elaboradas em consonância com as normas de regência e as melhores práticas adotadas no País, e reflete, em seus aspectos relevantes e com base na documentação disponível, a situação patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal em 31.12.2016.

Brasília (DF), 23 de Março de 2017.

Reinaldo Busch Alves Carneiro
Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA
Brasília-DF

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA (“CAIXA” ou “Instituição”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Caixa Econômica Federal - CAIXA e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota nº32 às demonstrações contábeis, a CAIXA é patrocinadora de planos de previdência de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação na modalidade de benefício definido e apura suas obrigações atuariais de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor. A avaliação de determinados ativos dos planos que não possuem seus valores cotados em bolsa, é feita por empresa de consultoria especializada, contratada pelo fundo de pensão. Em 30 de novembro de 2016, o investimento no Florestal Fundo de Investimentos Participações (“FIP Florestal”), que detém participação na empresa Eldorado Brasil Celulose S.A. (“Eldorado”), encontrava-se registrado no balanço do fundo de pensão por R\$ 1,6 bilhões, advindo do laudo de avaliação econômico-financeira elaborado no exercício de 2015. O laudo de avaliação econômico-financeira da empresa Eldorado, de 31 de dezembro de 2016, ainda não foi concluído. Dessa forma, não foi possível mensurar e concluir sobre os impactos do investimento do fundo FIP Florestal no valor justo dos ativos dos planos de aposentadoria da CAIXA, e conseqüentemente, no saldo do passivo atuarial e do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação a CAIXA e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em 31 de dezembro de 2016, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 28.002 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 12.167 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 3.259 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 19.094 milhões, em 31 de dezembro de 2016, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada em conjunto Banco Pan S.A., a qual é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 3.205 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro aprovado pelo Conselho de Administração, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos divulgados no mercado. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Pan S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 2(d), em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “A Origem”, e em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 13 de janeiro de 2017, a respeito do suposto envolvimento de ex-dirigente da CAIXA na operação conhecida como “Cui Bono?”, a Administração da CAIXA adotou ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados e administradores relacionados a essas alegações. Essas ações já foram concluídas, incluindo os processos de investigações internas. Entretanto, como as operações “A Origem” e “Cui Bono?” ainda encontram-se em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota 3(t) às demonstrações contábeis consolidadas, que descreve que, em decorrência das retificações de erro e das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela CAIXA, os valores correspondentes referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2016 e em 31 de dezembro de 2015 e os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Apresentação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A CAIXA elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria, com a mesma modificação acima descrita e contendo os mesmos principais assuntos de auditoria abaixo descritos e as mesmas ênfases acima descritas, datado de 24 de março de 2017.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

1. Ambiente de tecnologia

As operações da CAIXA, considerando a sua natureza, são altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um componente relevante no nosso escopo e, conseqüentemente, entendemos ser um dos principais assuntos de auditoria.

Conforme divulgado no relatório de administração, a CAIXA considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de suas plataformas tecnológicas necessárias ao bom desempenho de suas operações.

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliar na execução de testes dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças nas aplicações e concessão de acesso a usuários. Também testamos a eficácia dos controles automatizados considerados relevantes, os quais suportam os processos significativos de negócios e os respectivos registros contábeis das operações.

2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as operações de crédito

A Administração exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2016 o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 709.289 milhões, para os quais foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 35.775 milhões, sendo que durante o exercício de 2016 foram reconhecidas despesas com créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 20.109 milhões.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) do julgamento da Administração em relação à atribuição de “ratings” que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; entre outros.

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela Administração para o provisionamento, bem como a realização de testes dos controles internos relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas pelas políticas internas da CAIXA; (iii) a atribuição de níveis de “rating” por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) a análise da suficiência de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; e (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos à análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos ratings atribuídos e indicadores de dias em atraso, envio de cartas de confirmação de saldo diretamente aos tomadores de crédito selecionados, além de confronto do total da base de dados com os respectivos registros contábeis.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da CAIXA, as quais estão incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

3. Crédito tributário

Em 31 de dezembro de 2016, a CAIXA possui R\$ 38.581 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, líquido de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 1.992 milhões. A análise da realização deste ativo fiscal diferido é significativa para nosso processo de auditoria em função da magnitude dos montantes registrados nas demonstrações contábeis consolidadas e, também, pela complexidade e subjetividade envolvidas no processo de preparação e revisão das projeções de resultados futuros. Estas projeções são elaboradas com base em premissas subjetivas e que são afetadas por expectativas futuras em relação as condições econômicas e de mercado e a realização desses créditos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de nossos especialistas para: (i) o entendimento e avaliação da metodologia e das premissas utilizadas nas projeções de lucros tributários futuros estimados pela Administração, além do confronto das bases utilizadas para a elaboração das projeções com os registros contábeis; (ii) análise das adições e exclusões utilizadas como base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social; (iii) avaliação da razoabilidade e recálculo das projeções relevantes, considerando as premissas estimadas pela Administração; (iv) análise dos valores constituídos e realizados de crédito tributário nos últimos períodos, conforme estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006; e (v) confronto do total das apurações com os registros contábeis.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da CAIXA, as quais estão incluídas na nota explicativa 20 (d) e (e).

4. Avaliação de ativos dos planos de benefícios a empregados

A CAIXA é patrocinadora de planos de previdência de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação na modalidade de benefício definido e apura suas obrigações atuariais de acordo com laudo atuarial emitido por seu atuário consultor. A avaliação de determinados ativos dos planos que não possuem seus valores cotados em bolsa, foi considerada uma área de foco em nossa auditoria, em função do grau de complexidade envolvido no processo de precificação, que é baseado substancialmente na utilização de premissas, estimativas e julgamentos definidos pelo fundo de pensão responsável pela gestão dos planos. Portanto, existe certo grau de incerteza na mensuração do valor justo dos ativos dos planos, em decorrência das premissas e estimativas utilizadas na precificação desses ativos.

Conforme descrito na nota explicativa 32, em 31 de dezembro de 2016, o saldo da obrigação atuarial referente aos planos de benefícios a empregados da CAIXA totalizava R\$ 22.816 milhões.

Nossa abordagem incluiu, dentre outros procedimentos, o envolvimento de nossos especialistas na avaliação das premissas, metodologias e critérios utilizados na precificação dos ativos dos planos que não possuem cotação em bolsa. Efetuamos também, teste de recálculo do valor de mercado dos principais ativos que compõe o valor justo dos ativos dos planos, considerados na apuração da obrigação atuarial.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da CAIXA, as quais estão incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

5. Avaliação da obrigação atuarial dos planos de benefícios a empregados

Para fins de avaliação da obrigação atuarial dos planos de previdência de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação na modalidade de benefício definido, são consideradas pela Administração da CAIXA premissas e estimativas complexas e subjetivas, tais como taxas de longo prazo, expectativa de vida dos beneficiários e condições de mercado, entre outras. Portanto, eventuais diferenças nas premissas e estimativas utilizadas no cálculo, podem afetar significativamente o resultado da avaliação atuarial e impactar o valor de obrigação atuarial determinado.

Conforme descrito na nota explicativa 32, em 31 de dezembro de 2016, o saldo da obrigação atuarial referente aos planos de benefícios a empregados da CAIXA totalizava R\$ 22.816 milhões. Considerando o grau de julgamento envolvido e saldos, consideramos esse assunto um dos principais assuntos de auditoria.

Nossa abordagem incluiu, dentre outros procedimentos, o envolvimento de nossos especialistas atuários na avaliação das premissas, metodologias e critérios utilizados na apuração do passivo atuarial, bem como no recálculo da obrigação atuarial. Efetuamos também (i) teste de validação das bases de dados para a amostra de itens selecionada; e (ii) recálculo do valor justo dos principais ativos da carteira dos planos, considerados na apuração da obrigação atuarial.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da CAIXA, as quais estão incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da CAIXA, e apresentada como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas da CAIXA. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da CAIXA é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva” acima, não foi possível mensurar e concluir sobre os impactos do investimento do fundo FIP Florestal no valor justo dos ativos dos planos de aposentadoria da CAIXA, e conseqüentemente, no saldo do passivo atuarial e do patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2016. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a CAIXA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a CAIXA e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da CAIXA e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis, e incluem o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria da CAIXA e suas controladas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da CAIXA e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da CAIXA e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a CAIXA e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Relatório dos Auditores Independentes

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2017

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/O-6

Flávio Serpejante Peppe

Contador CRC-1SP172167/O-6

Parecer do Conselho Fiscal

PARECER Nº 03/2017 – ATA Nº 721, DE 23/03/2017

Assunto: Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao Exercício de 2016.

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 50 do Inciso IV do Estatuto Social da Empresa, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28/03/2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, combinado com o Artigo 163, Inciso VII, da Lei nº 6.404/76, **examinou** as Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Consolidadas e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao Exercício de 2016, e, tomando por base a manifestação da Auditoria Interna e o Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., **é de opinião que devem ser observadas, integralmente, de modo a considerar os riscos inerentes aos controles internos e aprimorar a gestão contábil, financeira e patrimonial da CAIXA: 1) as recomendações da Auditoria Interna; 2) as ênfases da Auditoria Independente; e 3) a ressalva da Auditoria Independente, quanto à impossibilidade de “mensurar e concluir os impactos do investimento do Fundo FIP Florestal no valor justo dos ativos dos planos de aposentadoria da CAIXA e conseqüentemente no saldo do passivo atuarial e do patrimônio líquido da CAIXA de 31/12/2016 e, portanto, de concluir se as outras informações apresentam distorção relevante ou não, com relação a esse assunto”.** Observado o exposto, o Colegiado nada tem a opor à divulgação das referidas Demonstrações Contábeis.

Brasília, 23 de março de 2017.

CRISTIANO NEUENSCHWANDER
LINS DE MORAIS
Conselheiro

MAÍRA SOUZA GOMES
Conselheira

MANUEL AUGUSTO ALVES SILVA
Conselheiro

MÁRCIA FERNANDA
DE OLIVEIRA TAPAJÓS
Conselheira

LEONARDO SILVEIRA DO NASCIMENTO
Presidente

Parecer do Conselho da Administração

P A R E C E R

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no Artigo 18, Inciso X, alínea “f”, do seu Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, tomando por base os Relatórios da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria da CAIXA e o Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., **aprovou** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Caixa Econômica Federal, relativas ao exercício findo em 31/12/2016.

Brasília, 23 de março de 2017.

CLAUDIO XAVIER SEEFELDER FILHO
Conselheiro

FERNANDO FERRAZ RÊGO NEIVA
Conselheiro Representante dos
Empregados

GILBERTO OCCHI
Conselheiro

MARCOS ADOLFO RIBEIRO FERRARI
Conselheiro

ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA
Presidente, em exercício